

Proteção de defensores/as e líderes sociais no Brasil

Mapeamento

Para a Fundação Ford, por Thiago Amparo e Lucia Nader

“- O que é proteção para senhora?

- Proteção é vontade de viver. Um desejo? O que mais eu queria era ser livre, andar sem proteção. Nada mais, já deu para você perceber que o desafio é grande. Só de você ter interesse de conversar comigo, quando vejo pessoas interessadas em minha vida e na luta que não é só para minha vida. Fico mais protegida e fortalecida.”

(trecho de entrevista com uma defensora ameaçada que vive sob proteção desde 2004)

Sumário

Contexto, objetivos e metodologia	3
Sumário Executivo	5
Parte 1: O que é Proteção e para quem?	13
Estratégias e iniciativas desenvolvidas pelos(as) entrevistados(as)	13
A importância de repensar e ampliar conceitos acerca da proteção.....	15
Os benefícios de uma visão ampliada e diversa sobre proteção	17
Levando em conta e incorporando as imensas desigualdades brasileiras	18
“Proteção individual se constrói coletivamente”	21
Cuidado individual e coletivo como resiliência e proteção	24
Parte 2: Desafios à proteção no atual contexto brasileiro.....	26
“O Estado brasileiro sempre foi violento, mas agora também é autoritário”	26
Há um ciclo vicioso entre ataque-resistência-visibilidade de defensores	27
Riscos e ameaças a defensores mais estruturais	27
Programas estatais de proteção: novos desafios, dificuldades históricas.....	29
Sistemas regionais e internacionais de proteção	31
O Brasil na América Latina: breves considerações	32
Parte 3: Lacunas e oportunidades	33
Para maior apoio a proteção por parte dos financiadores.....	33
Temas e áreas específicas mencionadas pelos(as) entrevistados(as).....	38
Anexo 1: Biografias dos consultores.....	41
Anexo 2: Memo interno sobre reunião no dia 19 de maio de 2020	Error! Bookmark not defined.

Contexto, objetivos e metodologia

Em 2019, mais de 300 defensores de direitos humanos foram mortos no mundo, sendo 23 deles no Brasil apenas¹. Além de assassinatos direcionados, são constantes os ataques físicos, prisões, investigações criminais, ameaças de autoridades públicas a defensoras e defensores, entre outros. Infelizmente, esse cenário não é novo², mas novas ameaças e desafios estão sendo adicionados aos desafios históricos e estruturais. Intersecções entre classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual identidade de gênero, entre outros, são fundamentais ao analisar essa situação.

Buscando contribuir com a proteção de defensoras e defensores, este relatório foi produzido por Thiago Amparo e Lucia Nader, contratados como consultores independentes pela Fundação Ford (escritório do Brasil) entre fevereiro e maio de 2020.

Com foco no Brasil, este relatório busca apoiar a Fundação Ford e seus parceiros na compreensão do contexto atual e esforços e necessidades na área de proteção, segundo indivíduos, organizações, coalizões, defensores em risco e especialistas. Esperamos que, juntamente com outras iniciativas, contribuamos para os esforços nessa área no Brasil, bem como em possíveis áreas de colaboração na América Latina³.

Metodologia

Os consultores utilizaram um método qualitativo de pesquisa, baseado em entrevistas semi-estruturadas e pesquisa de dados ou conteúdo (*desk research*). Entre fevereiro e abril de 2020, foram realizadas **29 entrevistas com indivíduos e organizações, sendo 12 ONGs brasileiras, 4 ONGs internacionais, 5 coalizões de organizações, 2 especialistas independentes, 1 defensora sob proteção, 1 jornalista, 1 integrante de movimento pela terra e 3 financiadores**. Além disso, foram feitas conversas com **4 integrantes da Fundação Ford**.

Por limitação de tempo e recursos, optamos por não realizar entrevistas com pessoas do setor público (como servidores ameaçados, lideranças políticas eleitas) e setor privado (como empresas de segurança), focando primordialmente em entrevistados(as) que atuam direta ou indiretamente com proteção de defensores(as) na sociedade civil.

Os(as) entrevistados(as) foram selecionados a partir de uma **lista acordada previamente com a Ford e refinada por meio de indicações feitas durante as próprias entrevistas**. A busca por diversidade guiou a escolha dos entrevistados(as), considerando a limitação de acesso e tempo disponível. Foram selecionadas e escutadas pessoas vinculadas a organizações de **distintas áreas de atuação**, com enfoque **nacional, regional ou internacional**; pessoas e organizações com **expertise/foco exclusivo e não-exclusivo em proteção**; **níveis distintos de exposição a riscos e localização geográfica variada**.

Outro aspecto de diversidade importante, foi a **escuta proposital a indivíduos que fazem parte de grupos ou populações pré-identificadas como potencialmente mais expostas a riscos e ameaças ou**

¹ Front Line Defenders, Global Analysis 2019, https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/global_analysis_2019_web.pdf.

² Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, Vidas em Luta – Criminalização e Violência contra Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no Brasil, 2017 – disponível em <http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2018/06/ComiteDDH.pdf> e sumário executivo em inglês disponível em <http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Resumo-executivo-dossiê-inglês.pdf>

³ Vide Termo de Referência "Protection of Social Justice Leaders Mapping Exercise", recebido da Fundação Ford pelos consultores em Janeiro de 2020.

organizações que atuam em áreas específicas, quais sejam: **discriminação racial e de gênero, LGBTs, direito à terra, populações indígenas e jornalistas**⁴.

Todas as entrevistas foram realizadas com base em perguntas comuns e também perguntas adaptadas a cada entrevistado(a) - a partir tanto das perguntas centrais do termo de referência desta consultoria, quanto de perguntas especialmente relevantes no contexto brasileiro. O método qualitativo empregado nesta pesquisa permitiu aprofundar em diferentes temas, reafirmar ou divergir sobre visões expostas em outras entrevistas, e, por fim, permitir ter uma pergunta aberta ao final da entrevista para que o(a) entrevistado(a) pudesse aprofundar em um tema de seu interesse.

Durante as entrevistas, buscou-se compreender e aprofundar **diversas facetas da questão de proteção**⁵, particularmente: (i) **contexto sociopolítico atual** do Brasil sobre proteção, (ii) quais são as **abordagens e estratégias atuais existentes no Brasil** e como elas contribuíram (ou não) para a proteção dos(as) defensores(as) e (iii) que **oportunidades e novas estratégias ou iniciativas** podem ser implementadas para melhorar a situação atual nesta área.

As entrevistas duraram cerca de 1 hora cada e foram feitas pela plataforma digital Zoom ou por Signal/Whatsapp, conforme preferência do(a) entrevistado(a). Foram feitas anotações, e sistematização e codificação posterior. Uma lista de cerca de **60 outras pessoas/organizações que poderiam ser entrevistadas** – identificadas pelos consultores e/ou sugeridas pelos entrevistados - foi ainda entregue à Fundação Ford (Brasil).

Foi acordado que **as citações seriam anônimas**, quando incluídas no presente relatório e apresentadas a Fundação Ford e seus parceiros, e pedimos, em email enviado ao(a) entrevistado(a), **autorização para que seu nome e da sua organização fossem incluídos na lista de entrevistados**.

Com isso, esperamos ter **fortalecido a confiança e compartilhamento de experiências** durante as entrevistas e **evitarmos qualquer avaliação individual de pessoas ou organizações entrevistadas ou comparação entre elas**, dado não ser esse o objetivo dessa pesquisa e o tema de proteção ser altamente complexo, multifacetado e sensível.

⁴ Durante as entrevistas, não utilizamos o termo “social justice leaders”, por não ser um termo recorrente no Brasil. Em geral empregamos termos utilizados amplamente no Brasil como “defensores(as)”, jornalistas e comunicadores. Defensores(as) também é o termo utilizado pela Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos no Brasil desde 2007.

⁵ No atual Programa de Proteção aos defensores, define-se proteção como proteção à integridade pessoal; e para assegurar a manutenção da atuação na defesa dos direitos humanos (Decreto 9.937, 24/07/2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9937.htm). No entanto, com base no trabalho e na experiência anteriores nessa área e em acordo com a Ford, os consultores usaram uma definição mais abrangente de proteção, que inclui aspectos físicos, digitais e emocionais, nos níveis individual e coletivo. Sem enviesar a análise, essa abordagem foi usada para ajudar a priorizar perguntas e zelar pela diversidade dos(as) entrevistados(as).

Proteção de Defensores e Líderes de Justiça Social no Brasil Mapeamento

Consultoria à Fundação Ford por Thiago Amparo e Lucia Nader
Fevereiro - Maio de 2020

Contexto e Metodologia

Em 2019, mais de 300 defensores dos direitos humanos foram mortos no mundo, sendo **23 desses assassinatos aconteceram só no Brasil**.⁶ Além desses assassinatos direcionados, ataques físicos, prisões, investigações criminais, ameaças de autoridades públicas fazem parte da rotina dos defensores, entre outros riscos. Infelizmente, **esse cenário não é novo⁷, mas novas ameaças e novos desafios estão sendo adicionados àqueles já históricos e estruturais. Intersecções de classe social, raça, etnia, gênero, orientação sexual e identidade de gênero desempenham papel fundamental.**

Por iniciativa da Fundação Ford, essa consultoria mapeia os **esforços, lacunas e prioridades no que diz respeito à proteção de defensores e líderes da justiça social no Brasil hoje**. Entre fevereiro e abril de 2020, foram realizadas 26 entrevistas qualitativas semiestruturadas com indivíduos e organizações, de 12 ONGs brasileiras, 4 ONGs internacionais, 3 coalizões de organizações, 2 especialistas independentes, 1 defensor vivendo sob proteção, 1 jornalista e 3 financiadores. Além disso, foram realizadas conversas com 4 membros da equipe Ford.

Os entrevistados foram selecionados a partir de uma lista previamente acordada com a Ford e refinados por meio de indicações feitas durante as próprias entrevistas. A busca pela diversidade orientou a escolha dos entrevistados, tendo em vista as limitações de acesso e o tempo disponível. Indivíduos vinculados a organizações de diferentes áreas de atividade - com foco nacional, regional ou internacional - foram selecionados e ouvidos; indivíduos e organizações com especialização exclusiva e não exclusiva / foco em proteção. Níveis distintos de exposição a riscos e localização geográfica variada foram incluídos. Outro aspecto importante da diversidade foi a escolha deliberada e a escuta de indivíduos / defensores que fazem parte de grupos ou populações pré-identificados como potencialmente mais expostos a riscos e ameaças, no que diz respeito à discriminação de gênero, LGBTs, direito à terra, populações indígenas e jornalistas.

Nosso objetivo era entender e detalhar melhor várias facetas do tópico de proteção. As páginas a seguir são um resumo executivo de um relatório de 32 páginas enviado à Fundação Ford no Brasil, em maio de 2020, em português e inglês. Ford realizou no dia 19 de maio um encontro regional para debater os principais achados desta pesquisa. As principais conclusões foram subdivididas em três seções principais no relatório completo: **1) o que é proteção e para quem? Incluindo as atividades e estratégias atuais desenvolvidas pelos entrevistados; 2) desafios de proteção no atual contexto brasileiro; 3) lacunas e oportunidades, incluindo recomendações para doadores.** Os principais aspectos de cada uma dessas seções estão resumidos abaixo.

⁶ Front Line Defenders, Global Analysis 2019, disponível em [1699 https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/global_analysis_2019_web.pdf](https://www.frontlinedefenders.org/sites/default/files/global_analysis_2019_web.pdf) .

⁷ Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos, Vidas Lutadoras - Criminalização e Violência contra Defensores de Direitos Humanos, 2017 - disponível em <http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2018/06/ComiteDDH.pdf> _1748 _1758 e resumo em inglês disponível em <http://comiteddh.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Resumo-executivo-dossiê-inglês.pdf>

Os anexos ao relatório completo incluem a lista de pessoas entrevistadas e uma lista de outros 60 potenciais entrevistados, recomendados ou identificados pelos consultores. Portanto, o que apresentamos no relatório e neste resumo não é uma lista exaustiva de definições, desafios, estratégias ou oportunidades relacionadas à proteção no Brasil, mas sim um esforço para dar visibilidade, de maneira estruturada, à pluralidade de o que ouvimos das entrevistas.

É altamente recomendável que a Ford envie a todos os entrevistados o resumo executivo e, de preferência, o relatório inteiro. Podemos apoiar a Ford nesse processo, se necessário. Também solicitamos que a Ford considere tornar o resumo executivo ou parte dele público e amplamente acessível (com a revisão necessária para evitar riscos adicionais ou qualquer dano aos entrevistados e envolvidos na pesquisa).

O que é proteção no Brasil e para quem

Iniciamos todas as entrevistas perguntando aos entrevistados como eles definem e abordam o tópico da proteção e se suas organizações ou movimentos têm estratégias para lidar com isso. **As respostas a estas perguntas estão resumidas abaixo.**

O que é proteção, afinal?

- Não existe uma definição única, o que é bom, segundo os entrevistados. É necessário recorrer à experiência e às necessidades de cada uma das organizações ou grupos de organizações, comunidades e indivíduos, e fazê-lo junto com eles.
- A proteção deve incluir, pelo menos, dimensões físicas, digitais e emocionais.
- Estratégias institucionais contra a criminalização de ONGs e movimentos também devem ser vistas como estratégias de proteção.
- O cuidado individual e coletivo é visto como proteção, principalmente pelas mulheres defensoras.
- A proteção individual e a proteção coletiva são importantes e complementares ou, pelo menos, não exclusivas.
- A proteção coletiva é vista de três maneiras: (i) família e / ou comunidade, (ii) organização e / ou institucional, (iii) redes de apoio e condições básicas.
- Poucas organizações brasileiras se concentram na proteção e há necessidade de mais apoio.
- Em comparação com outros países da América Latina, a importância dada à proteção é vista como “mais recente no Brasil”. As trocas na região podem incluir redes; criação de espaço(s) permanente(s) para proteção holística; e compartilhamento de experiências sobre contextos de conflitos armados.

Proteção para quem?

- Leve em consideração as diferenças e particularidades entre cada indivíduo, organização e contexto.
- "Politizando" proteção: raça, gênero, orientação sexual, condições socioeconômicas e outras identidades ou condições devem ser consideradas e incorporadas em qualquer estratégia.
- Reafirmou-se que negros, mulheres, LGBTs e defensores de direitos indígenas e fundiários estão mais expostos à violência.
- Lidar com os desafios relacionados às condições socioeconômicas de um defensor é essencial ao tentar promover a proteção. Perguntando e identificando quais são as "necessidades reais" daqueles mais vulneráveis a ameaças e as "múltiplas violências" que eles sofrem.
- Reconsiderar e / ou ampliar "conceitos tradicionais", incluindo o de defensores e o que são proteção e segurança: isso ajudaria a evitar generalizações em torno de "para quem a proteção se destina".
- Considere como defensores indivíduos que tradicionalmente não são vistos como parte desse conceito, como líderes locais, políticos recém-eleitos e trabalhadores rurais.
- Para os mais expostos, existe um "ciclo vicioso" entre ataques, que gera a necessidade de mais resistência, o que, por sua vez, gera mais visibilidade e mais riscos e violência.
- As particularidades e disparidades regionais brasileiras influenciam a proteção, os riscos e os atores envolvidos: o norte e o nordeste estão no centro das políticas "soberanistas" (hipernacionalistas), anti-direitos e anti-defesa do atual governo brasileiro.

Algumas citações podem ajudar a ilustrar os argumentos acima:

Sobre os conceitos e abordagens para defensores e proteção:

"No Brasil, há um debate sobre o termo 'defensores dos direitos humanos': pode pasteurizar as diferentes lutas sociais, pode ser um homem branco em Londres ou uma mulher ribeirinha no Brasil. As experiências sensoriais de vida e ameaças são muito diferentes, o que nos leva a questionar se é ou não um conceito que elimina diferenças e desigualdades. Os doadores têm muito poder para pensar e questionar conceitos, porque eles têm um impacto."

"Para as mulheres negras, precisamos reconhecer os líderes locais como defensores. Mulheres da periferia urbana, mulheres negras pobres e pessoas trans que estão em oposição direta às autoridades locais e que nem sempre estão no centro das atenções também devem ser consideradas defensoras."

"O ponto de vista da defesa contra ataques de segurança é predominantemente masculino."

"[O conceito de proteção traz consigo ...] uma obsessão por advogados, políticas de segurança do governo etc. É uma visão muito institucional, refletindo uma abordagem muito tradicional dos direitos humanos: legislação, processos institucionais, etc ... que ressoam muito pouco com o que vemos no mundo, ou seja, com ativistas e defensores altamente engajados que enfrentam a violência cotidiana '(violência doméstica e psicológica, falta de renda, falta de segurança alimentar, etc ...).'"

Sobre necessidades reais, violência (s) e desigualdades:

"O programa de proteção instalou uma câmera de segurança em minha casa. Mas está quebrado e não posso me dar ao luxo de consertá-lo. Não está funcionando."

"Em alguns dos locais em que trabalhamos, há uma intensa brutalidade (como tiroteios), o que nos impede de ter uma visão clara da situação e os parâmetros para definir nossas estratégias de proteção são diversos."

"[Precisamos lidar com] a violência na periferia urbana - todos os líderes morrem como traficantes de drogas. A descriminalização da droga, por exemplo, é uma maneira importante de proteger e fortalecer líderes comunitários na periferia urbana."

Sobre proteção individual e coletiva:

"A maneira como você fortalece uma rede de proteção é por meio de investimentos em capacidades individuais e no reconhecimento de riscos e oportunidades coletivos para se defender. A autocompreensão fortalece o coletivo. Os processos de autocuidado exigem confiança no coletivo, denunciar esse tipo de violência e ter confiança e certeza de que haverá solidariedade e proteção no coletivo."

"Ao considerar a proteção de um chefe indígena, por exemplo, é necessário considerar mais políticas de proteção coletiva, como políticas de demarcação de terras e políticas para lidar com conflitos territoriais e territoriais."

"Para as mulheres negras, a dimensão coletiva é essencial: elas têm filhos e são inseparáveis. Uma coisa é ter uma jornalista / jovem ativista em perigo, outra é quando é mãe de uma família. É difícil, mas é essencial olhar juntos para a proteção individual e coletiva."

Sobre proteção abrangente e emocional:

"Se nossa emoção e sensação são de pânico, medo e dor, nossa luta também será de dor e medo".

"Para nós, mulheres negras, é importante investir mais em redes de psicólogos e profissionais de saúde, para que possamos abordar questões relacionadas à proteção abrangente, incluindo o aspecto emocional e seu impacto na saúde e na vida dos defensores".

"Estamos tentando aumentar o grau de segurança institucional. Mas isso afeta o aspecto emocional."

Principais atividades e estratégias atuais mencionadas pelos entrevistados

Perguntamos como cada entrevistado tem trabalhado na proteção, tanto no que diz respeito às atividades e estratégias, quanto às políticas internas / institucionais. Ao descrever as atividades abaixo, os entrevistados enfatizaram repetidamente a necessidade de fortalecer as iniciativas atuais, reconsiderar ou transformar outras pessoas e desenvolver novas atividades e estratégias no campo da proteção.

Por se basear em um universo limitado e procurar ilustrar a diversidade de estratégias de proteção, a lista abaixo **não pretende ser exaustiva**, mas sim refletir uma ampla gama de iniciativas ouvidas pelos entrevistados.

Mencionado pelas organizações, defensores e ativistas entrevistados:

Conscientização, treinamento, trocas e parcerias:

- Workshops e áreas de treinamento e construção conjunta de políticas / medidas de conhecimento e proteção
- Programas interdisciplinares para apoiar a autonomia dos defensores, inclusive em áreas específicas e para grupos específicos, com foco em raça, gênero, LGBT e povos indígenas

- Sensibilização e desenvolvimento de programas de assistência em organizações e movimentos de direitos humanos e espaços para compartilhar técnicas e metodologias para lidar com tensões, ameaças e estresse
- Desenvolver parcerias com organizações internacionais focadas em proteção ou com organizações nacionais
- Redes de solidariedade e emergência

Pesquisa, monitoramento, advocacia e redes:

- Pesquisa e publicação de relatórios
- Presença em círculos políticos para tentar influenciar o tópico da proteção
- Monitoramento e advocacia em programas nacionais e estaduais de proteção
- Monitoramento de reclamações e casos relacionados à proteção dos defensores
- Iniciativas de litígio e jornalismo (visibilidade / pressão)
- Acesso e advocacia a mecanismos de proteção regionais e internacionais (OEA, ONU, etc)
- Comitê Brasileiro de Defensores de Direitos Humanos: fundo de emergência, assessoria jurídica, advocacia, visibilidade nacional e internacional, outras formas de proteção (equipamentos, realocação etc.)

Áreas, Grupos e Estratégias Específicas:

- Iniciativas de jornalismo visando à proteção de defensores e grupos (denúncias e reclamações e o programa Tim Lopes)
- Apoio às iniciativas de doadores na área de proteção
- Monitoramento e advocacia legal, particularmente com a Defensoria Pública e a Promotoria Pública
- Proteção de grupos na linha de frente de conflitos regionais (por exemplo, mineração ilegal, conflitos de terra)

Políticas internas e institucionais:

- Protocolos para procedimentos e rotinas, mitigação de riscos, proteção e planejamento de viagens, etc.
- Algumas poucas organizações têm uma pessoa, departamento ou programa específico para proteção ou políticas formais de proteção institucional
- Prosseguir a construção conjunta de programas de proteção
- Criação de espaços internos para escuta e treinamento
- Seguro de saúde e apoio ao tratamento psicológico

De organizações internacionais:

- Apoio a outras organizações para preparar avaliações de risco, desenvolver planos de proteção, etc.
- Estratégias personalizadas caso a caso e workshops para promover aspectos específicos da proteção
- Suporte financeiro e / ou técnico de emergência
- Publicações, pesquisas e cursos sobre proteção

Mencionado pelos doadores entrevistados:

- Gestão de fundos para proteção e proteção com base no treinamento dos próprios defensores em oficinas e programas de treinamento
- Suporte para redes de proteção
- Suporte de emergência em situações de risco
- Apoio a temas “relacionados à proteção”, iniciativas contra a guerra às drogas, conflitos ambientais e sociais (terra e recursos) e violência e polarização política

Desafios atuais de proteção em Brasil: desafios sem precedentes são adicionados aos históricos

O atual contexto sócio-político e econômico no Brasil impõe uma série de desafios diferentes, além de desafios históricos ou estruturais não resolvidos. **“O Estado brasileiro sempre foi violento, mas agora também é autoritário”**, um dos entrevistados resumiu o que ouvimos de muitos.

Novas ameaças são observadas e sentidas diariamente pelos entrevistados, incluindo:

- Os ataques aos defensores tornaram-se uma política oficial do Estado, e agora estão fechados os canais democráticos para os defensores dos direitos humanos e “mesmo para ONGs com recursos em centros urbanos”;
- O maquinário do estado possui diversas estratégias de vigilância diversificada, em diferentes níveis, para monitorar ONGs, movimentos e defensores, incluindo estratégias digitais;
- Restrições mais fortes ao trabalho da sociedade civil, inclusive para recebimento de financiamento;
- A liberdade de imprensa e os principais meios de comunicação ameaçavam o Estado de maneira sem precedentes;
- Enfraquecimento deliberado dos programas nacionais e estaduais de proteção e agências de supervisão; ataques por meio de instrumentos jurídicos, diminuição de recursos financeiros e participação da sociedade civil, bem como preocupações sobre o fornecimento de informações confidenciais ao atual governo sobre defensores em risco;
- Ofensivas anti-direitos do governo federal, especialmente no domínio dos direitos sociais e econômicos;
- A crise e os ataques do governo brasileiro aos sistemas regionais e multilaterais;
- Efeitos da pandemia de COVID-19 exacerbando a violência (especialmente contra as mulheres);
- A banalização, aceitação e até apoio da “população em geral” dos vários ataques sofridos por defensores e organizações e a crescente violência cotidiana, em particular contra grupos já vulneráveis.

Nesse contexto, o Estado é considerado, mais do que nunca, parte do problema e não a solução “como ouvimos, inclusive por causa de suas conexões com grupos não estatais, sejam empresas ou milícias.”

Portanto, apoiar e fortalecer os esforços de proteção no Brasil é visto como uma prioridade por aqueles que entrevistamos. Especialmente mulheres negras, homens e LGBTQs, afirmaram que estão atualmente presos em um “ciclo vicioso” entre ataques, o que gera a necessidade de mais resistência, o que, por sua vez, gera mais visibilidade e mais riscos e violência. Um sentimento generalizado de medo e / ou estresse com impacto na proteção é percebido com alguns grupos e indivíduos descrevendo-o como “novo”, particularmente no sul e sudeste do Brasil.

Lacunas e oportunidades: recomendações de prioridades aos financiadores

Os entrevistados relataram uma série de necessidades de proteção, incluindo prioridades concretas relacionadas à qualidade e quantidade de recursos e iniciativas dos financiadores.

Mais apoio a iniciativas de proteção incluiria:

- considerar e apoiar diferentes dimensões socioeconômicas, identidades e questões profundamente enraizadas que tornam os defensores vulneráveis
- reconsiderar e / ou expandir conceitos, incluindo o conceito de defensores e o conceito de proteção e a incorporação de novas ameaças e novos atores
- Compreender melhor a realidade no terreno, apoiando a pesquisa e a produção e análise de dados mais qualificados.

- Apoiar o fortalecimento institucional, com a intenção de diversificar e capacitar as partes interessadas neste campo.
- Promover e apoiar organizações brasileiras focadas especificamente na proteção, bem como redes mais permanentes e menos reativas nessa área.
- Para **“lembrar que os defensores são pessoas são indivíduos com necessidades reais que nem sempre são atendidas por parcerias e apoio organizacional”**
- Para estar aberto a repensar, refinar e apoiar novas estratégias.
- Fornecer **fundos de emergência e não emergenciais** e promover **mais compartilhamento de conhecimento entre doadores**
- Apoiar intercâmbios e iniciativas regionais na América Latina, com foco em redes, criação de espaços / casas permanentes para proteção holística e intercâmbio de experiências relacionadas a conflitos armados.

Mais **apoio para fortalecer áreas ou iniciativas específicas** também foram mencionados pelos entrevistados:

Sugestão de prioridades para financiadores	Algumas citações ilustrativas
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas jurídicas 	<p>“<i>Advocacy</i> não basta no cenário atual, necessidade de apoiar litígio, por meio de financiamento de redes de advogados, apoio a acesso à justiça inclusive por meio de advogados populares”.</p> <p>“A defesa de direitos não exclui coibir abusos do próprio sistema de justiça. Olhamos o campo do judiciário como uma arena de resistência a depender da estratégia que se usa. Não é simplesmente não é pegar um caso e arrumar um caso. Pegar um caso significa inserir numa estratégia e inserir o caso ali. Precisamos dessa estratégia.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar programas para jornalistas 	<p>“Financiamento para programas que não só foquem na violência física, mas ajudem jornalistas fora dos centros a publicar seu material/evitar censuras. Censura judicial: há casos pontuais, mas graves de políticos e empresas que usam poder econômico para censurar judicialmente jornalistas.”</p> <p>“Apoiar o povo da mídia/mulheres que denunciam, que coloca a cara à frente, blogueiras... quem trabalha no ativismo, pensando em mudanças coletivas.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar redes de psicólogos e profissionais de saúde 	<p>“Para nós, mulheres negras, é importante que haja mais investimento em redes de psicólogos e profissionais da área de saúde, para enfrentarmos questões relacionadas à proteção integral, incluindo emocional e impacto na saúde e na vida das defensoras”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas como help desks e suporte permanente à proteção 	<p>Help desk para segurança digital - “seria interessante algum tipo de serviço para o qual as organizações pudessem pedir ajuda/orientação; saber novidades de ataques, como se proteger. Um contato fixo, que não dependesse das oficinas isoladas.”</p>

	<p>Centro de resposta a incidentes - “um lugar para se comunicar e pedir ajuda caso haja algum incidente de segurança na organização.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar comunidades quilombolas, indígenas e Amazônia 	<p>Amazônia – “Apoio para o desenvolvimento de um plano integrado de proteção de defensores na Amazônia seria também importante (...). Além disso, o jornalismo e esforços de dar visibilidade ao que acontece na Amazônia deve estar conectado aos jornalistas comunitários.”</p> <p>Quilombolas – “Temos grande dificuldade de captação para a causa quilombola.” / “empoderamento e protagonismo é dado às entidades quilombolas de forma tímida, até que atinga um patamar institucional maior” / “é importante reestabelecer a confiança, quilombolas não se sentem seguras, têm medo até de ficar em casa” / “protocolo de consulta (livre, prévia e informada) ou que os povos criem seus próprios protocolos. Pescadores, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, pantaneiros.”</p> <p>Acesso à terra – “As necessidades são concretas: tem a ver com a existência dos sujeitos que se materializam na legitimação do seu território ou pelo direito de ter acesso / democratização da terra, ou pelo direito de ter possibilidade de viver em paz e em harmonia na sua comunidade. As iniciativas precisam fortalecer a radicalização da implementação dos direitos que tem sido negados pelo governo, combinados com os interesses privados do capital. “</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar institucionalmente organizações feministas 	<p>Pouco investimento em organizações de mulheres – “Nenhuma organização feminista no Brasil que tenha mais de 300mil USD por ano.”</p> <p>Mulheres indígenas – “apoiar as organizações de mulheres: quem tem conduzido os processos são as mulheres indígenas, por isso, fortalecer a rede de mulheres é importante.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas de cuidado individual e cuidado entre ativistas 	<p>Pouco investimento em cuidado - “Um edital recente de um financiador de direitos humanos tinha essa dimensão de proteção baseada no cuidado, mas nenhuma proposta sobre cuidado foi aprovada.”</p> <p>Espaços permanentes - “Criar espaços de acolhimento que oportunizem a resiliência das mulheres. Por exemplo, uma casa de proteção e cuidado, como a Casa La Serena: um espaço para atender as mulheres em situação de maior risco, de forma holística.”</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar trocas de experiências entre organizações da América Latina 	<p>Necessidade de trocas de experiência na América Latina - formações de redes (em especial entre defensoras mulheres), criação de espaço(s) permanente(s) de cuidado holístico (como há no México), resistência pacífica a conflitos armados e ameaças de atores não-estatais (a partir da experiência na Colômbia)</p>
---	--

Parte 1: O que é Proteção e para quem?

Iniciamos todas as entrevistas **perguntando aos entrevistados(as) como eles/as definem e se relacionam com o tema de proteção e se suas organizações/movimentos possuem estratégias para lidar com o tema.**

É importante ressaltar que **as informações ao longo desse relatório correspondem ao que ouvimos e como o/a entrevistado(a) descreveu sua própria atuação e da sua organização ou movimento.** Assim, essa não é uma análise exaustiva ou comparativa da atuação das pessoas, organizações ou movimentos entrevistados, nem tampouco abarca todos envolvidos com proteção no Brasil. Por exemplo, não podemos afirmar que não haja, em cada instituição, outras formas e estratégias de proteção que não foram mencionadas na entrevista e/ou que as atividades que foram mencionadas não tem outras facetas não expostas aqui. Isso requereria um maior número de entrevista e outros instrumentos de pesquisa.

Outro fator importante que deve ser levado em consideração é **como os perfis e os critérios utilizados para escolher os(as) entrevistados(as) podem influenciar em como definem, descrevem suas estratégias e elencam prioridades na área de proteção.** Como dito anteriormente, além de critérios temáticos e geográficos, decidimos incluir entrevistas com mulheres, negras e negros, LGBTQs, organizações que atuam com indígenas e jornalistas, por pré-identificar que essas são áreas de maior vulnerabilidade – o que foi reafirmado e confirmado pelos(as) entrevistados(as).

Estratégias e iniciativas desenvolvidas pelos(as) entrevistados(as)

Perguntamos como os(as) entrevistado(as) tem trabalhado com a questão de proteção, tanto com relação a estratégias internas/institucionais, como programas ou iniciativas desenvolvidas para apoiar parceiros e outras organizações. Resumimos, a seguir, algumas das **estratégias e atividades mencionadas pelos(as) entrevistados(as).**

Ao descreverem as atividades abaixo, os(as) entrevistados(as) reiteraram, diversas vezes, a necessidade de fortalecer iniciativas atuais, repensar ou transformar outras e desenvolver novas formas e atividades na área de proteção. Esses desafios, lacunas e oportunidades estão descritas ao longo desse relatório, e a lista abaixo não tem o objetivo de validar, classificar ou comparar as ações existentes. Por se basear num universo limitado, mas que busca ser exemplificativo, da diversidade de medidas de proteção, a lista abaixo não tem o objetivo de ser exaustiva de todas as abordagens possíveis sobre proteção, mas sim refletir qualitativamente uma ampla gama de possibilidades.

Atividades e estratégias mencionadas pelas organizações e movimentos:

- Oficinas e espaços de capacitação e construção conjunta de conhecimento e políticas/medidas de proteção
- Programas interdisciplinares para auxílio da criação da autonomia do defensor

- Elaboração de programas em áreas e grupos específicos, com foco em raça, gênero, LGBT e povos indígenas
- Conscientização e construção dos programas de cuidado em organizações e movimentos de direitos humanos
- Espaços de troca de técnicas e metodologias para lidar com tensões, ameaças e stress
- Elaboração de parcerias com organizações internacionais focadas em proteção
- Apoios e parcerias oferecidos ou recebidos de organizações nacionais
- Pesquisa e publicação de relatórios
- Presença em âmbitos políticos para tentar influenciar no tema da proteção
- Monitoramento e ações/redes de incidência nos programas nacional e estaduais de proteção
- Monitoramento de denúncias e casos relacionados à proteção de defensores
- Acesso e incidência em mecanismos regionais e internacionais de proteção (OEA, ONU, etc)
- Trabalho jornalístico de proteção de defensores e grupos (divulgação e denúncias e Programa Tim Lopes)
- Acompanhamento e incidência jurídica, especialmente junto a Defensoria Pública e ao Ministério Público
- Atuação de proteção de grupos na linha de frente de conflitos regionais (p. ex: casos de garimpo ilegal, conflito de terra)
- Apoio a iniciativas de financiadores na área de proteção

--- Políticas internas de organizações e movimentos:

- Protocolos para procedimentos e rotinas e mitigação de riscos, de proteção, planejamento de viagens e etc
- Poucas organizações têm uma pessoa, núcleo ou programa específico sobre proteção ou políticas institucionais formais de proteção
- Busca pela construção conjunta sobre proteção e programas a serem implementados
- Criação de espaços internos de escuta e capacitação
- Seguro saúde e apoio a atendimento psicológico

Atividades e estratégias mencionadas pelas organizações internacionais:

- Apoio a outras organizações para elaboração de análises de risco, criação de planos de proteção
- Estratégias focadas em cada caso, promoção de oficinas de proteção e apoio à segurança digital para público geral
- Apoio financeiro e técnico emergencial
- Publicações e cursos sobre proteção

Atividades e estratégias mencionadas pelos financiadores:

- Gestão de fundo para proteção e proteção a partir da formação do próprio defensor em oficinas e programas de capacitação
- Apoio a iniciativas contra a guerra às drogas, conflito socioambiental (recursos e territórios) e violência e polarização política (a ser iniciado em 2020/21)
- Apoio a redes de proteção
- Apoio emergencial em situações de risco

Além das iniciativas acima, foram feitas **diversas menções ao Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos**, iniciativa da sociedade civil que reúne atualmente 38 organizações e movimentos sociais de várias partes do Brasil. Segundo uma das entrevistadas que faz parte do Comitê, suas atividades incluem: um fundo de apoio emergencial, assessoria jurídica a defensores ameaçados ou em risco e apoio a formas concretas de proteção (como compra de equipamento, deslocamento para reunião de incidência política, emergência, etc).

Para uma defensora do direito à terra, comitês da sociedade civil como o Comitê Brasileiro são **“espaços importantes de articulação, de reflexão e de busca de convergências de iniciativas** que

precisam ser fortalecidas no nosso país. Essas entidades têm buscado dialogar com outras que se espalharam no mundo inteiro para conseguir apoio seja do ponto de vista da visibilidade, seja da conexão com o mundo, seja apoio financeiro para potencializar algumas iniciativas.”

A importância de repensar e ampliar conceitos acerca da proteção

Grande parte dos(as) entrevistados(as) verbalizaram a **necessidade de repensar ou ampliar conceitos utilizados atualmente na área de proteção, incluindo o próprio conceito de defensores e/ou definições pré-concebidas do que é entendido por segurança ou proteção**. A importância de repensar conceitos e definições se deve a muitos fatores, entre eles a **necessidade de evitar generalizações ou enfraquecimento de particulares específicas**.

Alguns entrevistados(as) afirmaram, por exemplo, que **o conceito de “defensor(a)”** é um conceito que vem do âmbito internacional e **pode não compreender em si a complexidade das realidades locais e de populações específicas**, como povos indígenas e comunidades quilombolas, que preferem se auto intitular de outras formas.

“No Brasil há um debate sobre o termo ‘defensores de direitos humanos’: pode pasteurizar as diferentes lutas sociais, pode ser um homem branco em Londres ou uma mulher ribeirinha no Brasil. As experiências sensoriais de vida e ameaças são muito diferentes, o que nos faz questionar se é um conceito que elimina as diferenças e desigualdades ou não? Doadores tem um poder muito grande em pensar e questionar conceitos porque eles têm um impacto.”

“A nomenclatura de ‘defensores’ fragiliza por diminuir as diversidades e generaliza, ao mesmo tempo em que cria um canal internacional de denúncia. Termo retira a visibilidade da auto identificação dos povos indígenas e outras comunidades – nenhuma liderança das comunidades rurais se diz defensora”

“Defensores é um conceito que vem de fora, das Nações Unidas. Prefiro falar em ativistas.”

Uma **“visão tradicional” sobre o que é segurança proteção também foi questionada por vários entrevistados(as)**:

“[o conceito de proteção traz consigo...] uma obsessão por advogados, políticas governamentais de segurança, etc. É um olhar muito institucional, reflexo de uma linha muito tradicional de direitos humanos: legislação, processos institucionais, etc...que ressoa muito pouco com o que vemos no mundo, ou seja, com militantes e defensores altamente engajados que encaram ‘violências de fundo’ (doméstica, psicológica, falta de renda, falta de segurança alimentar, etc....).”

“A visão ataque-defesa da segurança é predominantemente masculina.”

Também ouvimos sobre a **importância de “desmilitarizar” o conceito de proteção, em especial no campo de proteção digital**. Uma das entrevistadas afirmou que a linguagem é “muito militarizada no campo de segurança de informação, por isso tentamos que reformular o nome. O que era segurança de dados agora é ‘cuidados’ justamente para desmilitarizar o conceito.” Neste sentido, desmilitarizar proteção significa redirecionar o foco de tecnologias de proteção para cuidados integrais.

Entrevistados(as) afirmaram que para repensar ou ampliar tais conceitos é necessário **incorporar a questão de identidades, diversidade e diferenças entre defensores(as) e os diversos aspectos de**

desigualdades e necessidades reais das pessoas ameaçadas nas definições e abordagens tradicionais de proteção. Para tanto, foi mencionada a importância de se adotar:

a) Definições e estratégias específicas para localidades com alta “violência cotidiana” ou características particulares e incluir fatores de desigualdade socio-econômica básicos muitas vezes esquecidos:

“Em alguns lugares nos quais trabalhamos há uma brutalidade intensa (como tiroteios), que não nos permite ter uma visão clara das coisas e os parâmetros para definir nossas estratégias de proteção são diversos.”

“[precisamos lidar] com a violência nas periferias urbanas – todas as lideranças morrem como traficantes. A descriminalização das drogas é importante, por exemplo, como elemento importante para proteger e fortalecer as lideranças comunitárias nas periferias”.

“É necessário construir um sentido de segurança focado na comunidade local (p.ex.: ter um ponto focal de segurança na comunidade)”

“O programa de proteção instalou uma câmera de segurança na minha casa. Mas ela quebrou e não tenho dinheiro para consertar. Está parada.”

b) Incluir lideranças locais, nos conceitos e definições acerca da proteção – foram mencionadas particularmente mulheres negras, mulheres trans e mulheres sem terra, e lideranças rurais.

“Defensor é quem pega alguém na mão, na periferia, na casa da cafifa e fala os seus direitos. Ela é uma defensora de direitos humanos, defende o direito humano daquela pessoa existir.”

“Para as mulheres negras, precisamos reconhecer lideranças locais como defensoras. Mulheres periféricas, pobres e negras, e trans que estão no embate direto com autoridades locais e nem sempre há um holofote também devem ser consideradas defensores.”

“Falar da luta da reforma agrária é ver o homem, não a mulher defensora.”

c) Abordar os distintos níveis de proteção, com especial atenção a comunidades locais e territórios específicos:

“Há uma sensibilidade maior inclusive internacional para a situação de defensores, com capacidade internacional e nacional de resposta, em especial pela visibilidade da temática ambiental. O vazio é a proteção da comunidade local.”

“Há uma necessidade de ação mais permanente em um mesmo território, com estratégias diversas (como resposta a necessidade de pensar o tema de proteção a partir dos diversos aspectos socioeconômicos).”

“Precisamos ter apoios e alternativas que tornem as populações locais autônomas. Isso é fundamental do ponto de vista estratégico e da proteção”.

d) Por fim, um entrevistado mencionou a necessidade de ampliar a diversidade nas equipes das organizações para uma atuação mais profunda em proteção.

“Apostamos em montar um conselho consultivo mais diverso para sair ‘da bolha’, e nos ajudar a entender como estão os termômetros do autoritarismo.”

Os benefícios de uma visão ampliada e diversa sobre proteção

Ouvimos dos(as) entrevistados(as) que **não há uma definição única, consensual ou conclusiva do que significa proteção**. Para alguns, em especial aqueles relacionados com segurança digital e cuidado individual e entre ativistas, sobressaiu a necessidade de pensar **proteção em sentido amplo, que inclui proteção física, digital e emocional**.

“Tentamos olhar de forma holística para a situação, pensar de forma integral – se essa for a intenção da pessoa, pois muitas querem focar em um caso ou aspecto específico”.

Para outros, **proteção significa focar nos aspectos particulares relevantes em seu contexto, em especial proteger grupos específicos** como defensores na linha de frente, mulheres, população negra, indígena, LGBTQs, entre outros. “Temos procedimentos locais – com orientações específicas para cada caso, sem um protocolo de segurança unificado”, disse um entrevistado. “A partir das ameaças físicas e verbais na saúde das mulheres defensoras, criamos espaços que vão olhar os impactos físicos, psicológicos, etc.”, disse outra.

Muitos(as) entrevistados(as) reforçaram a **importância de não se ter uma definição única de proteção, pois o que faz sentido é defini-la baseada na experiência e necessidades de cada uma das organizações, comunidades e indivíduos**.

“É importante termos um *bottom-up approach*, no nosso caso baseado em metodologia de educação popular, que foi também valorizado pela organização internacional que está nos auxiliando no tema de proteção”

“Nunca chegamos lá ensinando. Deve ser um processo de colaboração”.

“É importante que as pessoas tenham autonomia e entendam as escolhas que fazem [com relação à proteção], pode ser mais importante que as munir de mil ferramentas e mudar tudo o que fizeram até hoje”.

Além das dimensões física, digital e emocional, alguns(mas) entrevistados(as) mencionaram a necessidade de desenvolver estratégias de **segurança institucional que façam frente ao processo atual de criminalização das ONGs**:

“[com a eleição de Bolsonaro] tivemos que revisar que certificados que podiam estar pendentes para nossa organização, se estávamos em dia com todas as obrigações trabalhistas e como se portar em uma eventual busca e apreensão – além de trocar de servidor, portas, fazer uma varredura institucional e desenvolver oficinas de segurança emocional com a equipe.”

Essas **dimensões de proteção se desdobram em múltiplas facetas**. Por exemplo, no que diz respeito à dimensão de proteção digital, ouvimos que além da privacidade ou de ataques digitais, é preciso olhar para segurança de informações e guarda da memória. Defensores mencionaram que é importante “apoiar as organizações e os comunicadores especificamente em proteção de informações, quais são os recursos que podem ser utilizados, os mecanismos que existem para

produzir mais segurança, uso de software livre” e “a necessidade de manter a memória do movimento negro contra negacionismo histórico”, por exemplo.

Proteção física demanda envolve estratégias diversas, como indicado por um(a) defensor(a) entrevistado(a):

“Adotamos diversas estratégias, que dependem do momento, necessidades e lugar, por exemplo: (i) mudar os caminhos para não repetir os mesmos percursos para ir a eventos, por exemplo. Avisar quando chegar em casa - temos muitas mulheres negras que vêm das comunidades para o centro, com a morte de Marielle, elas precisam informar se chegam ou não (caso não, vão procurar saber o que houve). (ii) mudar os horários das viagens para não chegar sozinha, para não sair cedo demais ou voltar tarde demais. (iii) mapear espaços de fé (terreiros, casas de mãe de santo, espaços de associação, por exemplo) para proteção de defensores em momentos de crise. (iv) ter um cronograma de atividades na comunidade na qual a/o defensora é inserida – para preencher o tempo, além de aprender as dinâmicas da comunidade e compartilhar as suas, e encontros semanais com mães (recuperar a autoestima/resiliência: coral de mulheres; costura e artesanato; ciranda de alimentação; roda de conversa).”

“Além de apoiar medidas urgentes de proteção, apoiamos a construção de redes. A rede é um fator de proteção intrínseco (o isolamento é um fator de risco). Medidas ‘preventivas’, de preparação das organizações. Apoio de reforma de casas de pessoas em contextos de muita vulnerabilidade (ou seja, construir muro para não levar tiros dentro de casa)”.

Vários desses aspectos são retomados e aprofundados a seguir e em outros capítulos desse relatório.

Levando em conta e incorporando as imensas desigualdades brasileiras

Perguntamos aos(às) entrevistados(as) sobre **os efeitos das diferenças e desigualdades, socioeconômicas, regionais ou identitárias na proteção a defensores(as).**

Em parte, a motivação para esta pergunta específica é similar às razões pelas quais buscamos a diversidade de entrevistados(as) explicada na seção sobre metodologia deste relatório (ver acima): em um país onde grupos distintos sofrem níveis distintos de violência e ameaça, supor que o mesmo ocorre entre defensores(as) não é somente plausível, mas factualmente verificado pelas estatísticas. Violência contra negros, LGBTQs, mulheres e em decorrência de conflitos de terra estão no topo das estatísticas no Brasil. Outra razão para incluir esta pergunta específica foi para verificar se os entrevistados que não pertencem a estes grupos mais vulnerabilizados – como de organizações com financiamento sólido em centros urbanos – levam ou não em consideração estas vulnerabilidades em seu trabalho. Estas organizações mostraram preocupação com estes grupos quando perguntadas sobre eles.

a) Politizar a proteção para incorporar raça, gênero, orientação sexual e populações indígenas e quilombolas

Os(as) entrevistados(as) relataram a necessidade de **politizar as abordagens de proteção, em especial olhando e incorporando especificidades de raça, gênero e povos indígenas.**

“A primeira imersão em proteção que fizemos foi temática, e isso fez com que viesse uma maioria de homens brancos. Percebemos que é necessário politizar o tema, desde o convite para esses eventos [se queremos incorporar identidades e especificidades]”.

Na questão racial foi ressaltado que, além de todas as discriminações históricas, **negras e negros aparecem como grupo alvo por estar mais visível e combativo nos últimos anos**, incluindo ocupando ou disputando cargos públicos. De acordo com uma defensora, é necessário inovar na proteção dada a maior visibilidade. Por exemplo:

“A vereadora quilombola negra da chapada diamantina. Ela sofreu perseguição porque o povo queria que ela desistisse de concorrer à eleição. Tiramos ela no meio da eleição para que ela não fosse morta, enquanto outros continuaram a campanha eleitoral. Como os advogados, psicológicos e jornalistas negros vão nos ajudar? Experimentando formas diferentes de fazer. É preciso inovar porque as ameaças para lideranças negras são maiores hoje.”

Com relação a gênero, foi mencionado por diversas entrevistadas o fato de **mulheres defensoras estarem expostas a múltiplas violências**.

“As ameaças vêm de fora, do contexto político, e também de dentro, dos próprios movimentos e das famílias. É intensificado com defensoras, não tanto com defensores. Nas metodologias que utilizamos, as diferentes mulheres podem construir o que é proteção a partir de suas experiências. Esta mistura de pessoas diferentes gera solidariedade. Um dos nossos grupos de cuidado e proteção de mulheres que facilitamos é no MST e outro no MTST: são mulheres em situação de vulnerabilidade extrema e essas redes as fortalecem.”

Sobre a **questão LGBT**, entrevistadas reportaram que ser necessário **aprofundar o processo de identificar ativistas LGBTs como defensores(as)** de direitos humanos. Foi também ressaltada dificuldade de financiamento porque “o movimento LGBT, até hoje, ainda não conseguiu um locus de financiamento (exceto as organizações de relação com o mercado ou para o mercado, além das ONGs)”. Foi mencionado que **muitas organizações são compostas integralmente por voluntários(as), o que eleva a vulnerabilidade e exposição** a riscos do movimento LGBT.

Sobre **povos indígenas**, foi reiterado que é necessário **proteção específica, considerando suas peculiaridades**, entre elas: (i) **Terras indígenas são locais onde historicamente há ameaças, como garimpo ilegal, roubo de madeira**. Um dos defensores relatou que “o avião que se usa para entrar e sair de algumas aldeias são de garimpeiros.” Hoje esses grupos estão se sentindo legitimados pelas falas e ações do governo federal e local, sem receio de sanções; (ii) **o movimento Indígena não é homogêneo**, “é muito diverso internamente, com diferenças de estratégias, alguns mais combativos, outros não, o que os expõe a distintos níveis e tipos de riscos”, (iii) há **dificuldade adicional de acesso a sistemas de proteção** (p.ex. defensorias públicas); (iv) povos indígenas demandam **proteção holística, inclusive espiritual**, pensada de forma coletiva a partir das comunidades, e não somente de indivíduos.

Defensoras indígenas entrevistadas para a pesquisa relataram que, apesar do **“tema de proteção ser parte do cotidiano** (como povos indígenas, historicamente, já temos sofrido tantos processos de ameaças, de assassinatos)”, há “muita dificuldade para entender o assunto de proteção” como prioritário. Isso porque, segundo elas “estamos no processo de conscientização dos povos indígenas, para mostrar ao povo que a situação mudou. Antes tínhamos as instituições do Estado, e hoje não temos nada – estamos mais expostos às violações.”

Quanto à proteção de povos indígenas, sugerem que sejam despendidos mais esforços no sentido de: 1) compartilhar e discutir tema de proteção enquanto pauta de reuniões com povos indígenas; 2) alertar o coletivo de que estamos diante de ameaças reais; 3) e pensar em quais estratégias podemos

atuar em conjunto. Entre as estratégias já adotadas por povos indígenas para se proteger estão, segundo as defensoras indígenas entrevistadas:

- 1) “demarcação de terras, porque os povos se sentem mais seguros em seus próprios territórios;
- 2) pensar o que pode acontecer em reuniões fora de suas terras (nunca viajar sozinho(a));
- 3) atenção em reunião com representantes do governo, onde se sentem ameaçados;
- 4) temos recebido mensagens como ‘eu sei quem você é, onde você mora’. Compartilhamos a questão, mas ainda fica muito focado só nas pessoas que estão passando por isso, não temos pensado nisso coletivamente.”

b) Disparidades e desigualdades regionais impactam o que significa proteção

O conceito de proteção é influenciado por disparidades regionais marcantes. Um defensor mencionou ser **necessário questionar a visão de país que se tem**, “pensar quem são os defensores(as) para além da nossa experiência imediata o que demanda uma distribuição de recursos e lugar da fala.” Isto nos leva a crer que, para melhor proteger defensores(as), **é necessário promover um diálogo inter-regional, em especial entre defensores(as) das regiões Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, e distribuir recursos.**

Alguns entrevistados(as) no Sul/Sudeste expressaram ser uma “novidade” para eles sentir medo real de ameaças físicas e de ataques digitais, o que pode denotar que há uma percepção entre os(as) entrevistados(as) desta região de que a nacionalização das ameaças a defensores – historicamente mais comum no Norte/Nordeste do país – está ligada ao recrudescimento político do governo atual. **Entrevistados(as) da região Norte/Nordeste, ao contrário, mostraram em geral que ali ameaças são historicamente enraizadas** no cotidiano do trabalho sobre direitos, e não conjuntural, apesar de recrudescidas pelo cenário político atual.

Os(as) entrevistados(as) mencionaram que **as regiões norte e nordeste precisam de mais atenção, por serem o centro da política “soberanista”, anti-direitos e anti-defensores do atual governo**. Ali estão centralizadas questões indígenas, referentes a Amazônia e conflitos de terra – principais propulsores da violência contra defensores(as) no Brasil. Nas regiões norte e nordeste, defensores são assassinados enfrentando **em especial autoridades locais**, inclusive, muitas vezes, sem qualquer apoio do sistema de justiça, ao passo que o embate principal de organizações do Sul/Sudeste parece se dar, em sua maioria, frente a **autoridades nacionais**, com exceção de lideranças nas periferias das cidades.

Não obstante, segundo entrevistados(as), há uma **disparidade regional muito forte em termos de acesso a recursos por parte de organizações** e é preciso refletir sobre a necessidade de proteções específicas para cada realidade.

Diversidade regional impacta também a preponderância do discurso sobre ataques por atores privados, mais presente nas entrevistas com defensores(as) do Norte/Nordeste. É preciso, segundo entrevistados(as) desta região ou que ali atuam, olhar para **novos atores, como empresas privadas e atores não-estatais, nacionais e internacionais, que impactam na questão de proteção de defensores**.

Entrevistados mencionaram **desafios ligados a empresas, em especial diante do desmatamento e expansão da fronteira agrícola**.

“Como enfrentar o desmatamento se não há trabalho? Problema de pobreza, desestruturação dos seus meios de vida. O agronegócio extrativista madeireiro não tem uma marca, uma estratégia de contrapartida, para que possamos enfrentar ou com quem possamos dialogar.”

Foram feitas também menções específicas ao **“novo” papel de grupos e milícias, ligadas ou não ao narcotráfico, e a maior participação desses atores nas comunidades**. Uma das entrevistadas relatou que:

“Até festejo de campeonato de futebol, churrasco depois de futebol ou uma roda de capoeira, tudo isso está sendo proibido. A cultura cotidiana das comunidades está endurecendo. Isto dificulta a construção de redes comunitárias, porque a vida cotidiana é policiada pelo crime ou pela polícia. Como as escolas da comunidade devem estar abertas – teatro, slam, música – sem que seja invadido e levem porrada?”

Violência pela milícia armada afeta em especial tanto **periferias urbanas, quanto conflitos no campo e na região Amazônica**, como relatou um dos entrevistados.

“Se pudéssemos elencar região, estado ou cidade em que a violência vem com muita força, poderíamos elencar as periferias dos centros urbanos (médias cidades em que a violência provocada pela PM e pelas milícias têm provocado situações extremamente dolorosas de perda de vida de sujeitos que vivem na periferia). A condenação é porque ele viva na periferia, ou porque ele é negro, ou jovem, ou mulher... essa violência seletiva que tem provocado dores e perdas de vidas nas periferias. É essa a violência que chega ao campo pela expansão da fronteira agrícola, sobretudo na região do bioma amazônico, e tem afetado a vida de comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas) que têm morrido, que têm perdido território e têm perdido as condições necessárias para sua existência, que necessariamente passa pela floresta em pé e pelas mortes de camponeses que lutam pela terra nessa região que é muito disputada por interesses madeireiros, grileiros e grandes fazendeiros.”

“Proteção individual se constrói coletivamente”

Os(as) entrevistados(as) **percebem proteção individual e proteção coletiva como complementares ou, ao menos, não-excludentes**. “Particularmente, não vejo que a proteção a indivíduos ou proteção a grupos possam ser tratadas como agendas separadas: elas são parte de uma mesma estratégia”, afirmou uma defensora. Vários enfatizaram a importância de articular uma perspectiva que integre medidas individuais e coletivas de proteção. “Tentamos muito trabalhar com a coletividade, mesmo que a partir de uma pessoa, pois não dá pra se cuidar sozinha”, afirmou uma defensora.

Alguns entrevistados(as) afirmam que **proteção apenas individual é ineficiente e que segurança se constrói coletivamente**. “Proteções individualizadas são por definição ineficientes, as estratégias com mais chance de dar certo são coletivizadas (holística como psicossocial, monitoramento coletivo). Proteção além da questão de segurança individual”, afirmou um defensor.

Isto fica mais evidente ainda nos conflitos por terra. Uma das defensoras do direito à terra entrevistada relatou que proteção coletiva torna difuso o protagonismo, o que por sua protege indivíduos:

“A luta pela terra não pode ser individualizada, nem particularizada para um grupo específico (esforço de congregar e conectar a luta que acontece no Brasil com aquele do nordeste, sudeste ou sul). Conectar o processo de luta tem sido uma das medidas, dos mecanismos de

autoproteção de quem ousa fazer aluta por terra. Afirmação de que é o sujeito coletivo que constrói o território ocupado e que busca o reconhecimento por parte do estado brasileiro. Não há um dirigente, são os/as dirigentes que conduzem a luta pela terra e a conquista do território ocupado. Ter muitos homens e mulheres significa confundir as vozes e as formas de orientação da violência, para evitar que sejam presos ou assassinados.”

Por um lado, **é necessário desenvolver as habilidades de indivíduos de reconhecer riscos coletivos.** A proteção coletiva pressuporia, portanto, **que indivíduos sejam capazes de avaliações de riscos individuais e coletivos, de maneira constante.**

“Fortalece-se uma rede de proteção com investimentos nas capacidades individuais de reconhecer riscos coletivos e oportunidades de se defender. Autoentender-se fortalece o coletivo. Processos de autocuidado demandam confiança dentro do coletivo, para denunciar este tipo de violência e confiar/ter a certeza de que haverá uma solidariedade e proteção do coletivo.”

Por outro lado, pensar na construção coletiva da segurança implica que **iniciativas que visam fortalecer a proteção, como oficinas e espaços de diagnóstico e capacitação, foquem em construir coletivamente a partir das necessidades e capacidades específicas de cada organização, movimento, comunidade e/ou pessoa(s) envolvidas,** e não sejam baseadas em “soluções prontas, de fora, ou de manual” como mencionou um(a) entrevistado(a).

“Ao invés de dar algo geral, seria pensar como, a partir de uma coletividade e das necessidades específicas daquelas pessoas, se traça um plano de ação que funcione (e saia do papel). Trabalho de acompanhamento a médio/longo prazo: mudanças difíceis que envolvem mudanças na cultura da organização, usar ferramentas alternativas, mudar hábitos... ultrapassa a esfera do conhecimento técnico, é muito mais de como funciona o ser humano (individual e coletivamente).”

A **importância da conscientização constante sobre proteção, sem paralisar ou gerar pânico** foi também levantada por diversos(as) entrevistados(as). Proteção é um assunto que precisa ser constantemente lembrado. Uma das entrevistadas, relatou que uma questão recorrente é: “como deixar a equipe alerta, mas não alarmada. Precisamos dar, de vez em quando, um ‘choque de realidade’ (pessoas voltaram a fazer reuniões em cafés públicos, conversar nos taxis, usar linhas telefônicas para conversas sensíveis).” Outros defensores(as) relataram **precisar sempre se lembrar dos perigos que correm:** “preciso me lembrar todo dia que corro perigo”.

Por fim, percebemos que quando indivíduos são perguntados sobre ameaças, eles tendem a **refletir sobre as coletividades onde estão inseridos.** “Primeiro passo é trazer a consciência. Mesmo quando o foco é em cada pessoa, ela é praticada no coletivo. Fala sobre reflexões sobre estrutura organizacional, que precisam de um olhar específico. Quando você abre as questões sobre a vida e processos, as pessoas trazem a reflexão sobre as estruturas”, resumiu uma defensora.

Dimensão coletiva: uma expressão, muitos significados

Pensar o coletivo e o individual pressupõe uma **visão política sobre o que é proteção para cada organização.** Em especial, diferentes entrevistados(as) possuem **percepções distintas sobre o que significa a dimensão coletiva da proteção.** Relações de classe, gênero, raça e outras perpassam visões dos entrevistados sobre o que é o coletivo e o que é individual, muitas vezes refletindo o tipo de trabalho e de organização em questão.

Dada esta multiplicidade de visões, para alguns, coletivo significa proteção familiar, comunitária ou entre ativistas – que optamos por chamar aqui de **“dimensão coletiva-comunitária”**. Para outros significa proteção organizacional/institucional em termos de estrutura, como por exemplo ter uma câmera de vídeo para sua organização ou um escritório alternativo em prédio comercial para que os defensores possam trabalhar dali à noite – que chamamos de **“dimensão coletiva-organizacional”**. Para outros, ainda, proteção coletiva significa ter as condições básicas de trabalho como um celular que funcione para manter contato com outros parceiros – uma **“dimensão coletiva-redes de sobrevivência”**.

Quanto à **dimensão coletiva-comunitária**, diversos exemplos foram dados pelos entrevistados. Primeiro, proteger coletivamente é condição *sine qua non* em **contextos onde a família e/ou o grupo a que se pertencem não estão dissociados dos indivíduos**. Um exemplo é o de mulheres, em especial negras:

“É difícil, mas é fundamental. Para mulheres negras, é fundamental a dimensão coletiva: elas têm filhos, eles vêm juntos. Uma coisa é ter uma jornalista/jovem ativista em ameaça, outra coisa é uma mãe de família.”

“Sei que é difícil estender a proteção para minha família, mas ao menos uma câmera de proteção na casa das minhas filhas poderiam colocar, pois se estou em risco, elas também estão.”

Segundo, a dimensão coletiva aparece como essencial em **contextos onde ameaças são dirigidas a toda uma comunidade, em especial no contexto de povos indígenas e comunidades quilombolas**. Proteger coletivamente pressupõe enfrentar as violações de direitos que geram a insegurança e fundamentam o mérito da luta em questão. Salvo casos extremos, não é ideal retirar uma liderança indígena de sua comunidade sem que seja enfrentadas as violações que torna toda a comunidade vulnerável. Para defensores de direitos de povos indígenas entrevistados, proteção significa, portanto, proteção holística coletiva, combinada com proteção de comunidades ameaçadas.

“Pensar em uma proteção ao cacique, é pensar em políticas mais coletivas de proteção, como políticas de demarcação das terras, políticas de enfrentamento dos conflitos de terra e territórios”.

“Principal desafio é a garantia dos territórios, inclusive por meio de fiscalização. Hoje há um processo de desconstrução dos territórios que gera essa insegurança. Territórios ocupados, invadidos... resultado de um processo de não garantias, que não tem muita repercussão.”

Quanto à proteção de comunidades quilombolas, entrevistados(as) relataram que:

“O que funciona para indígenas, sem terra...não funciona para os quilombolas. Para quilombolas, o tema de proteção é caro: entendem a necessidade e a importância, mas se debruçam aos poucos para lidarem com mais responsabilidade. Tempo quilombola não é o tempo comum. Na responsabilidade de não fazer nada “No pulo” e sim como muita tranquilidade e responsabilidade, com cautela, para não colocar ninguém em mais risco.”

“É importante conversar com as pessoas para que elas digam o que precisam, um trabalho de escuta. Fazer com que as entidades criem ‘protocolos’ - o seu modo de coordenar suas próprias ações internas na pauta de defensoras e defensores. Todos e todas são defensores, o que precisa é que a defesa seja responsável e que preserve a vida – não dá pra perder mais ninguém. Ao mesmo tempo, criamos um fundo emergencial, prevendo perseguições políticas

e assassinatos de lideranças. Caso matem alguém hoje, há recursos para retirada ou para auxílio jurídico. Uma coisa não está dissociada da outra.”

Quanto à **dimensão coletiva-organizacional**, entrevistados listaram, de um lado, **soluções de segurança física, predial e de dados** e, de outro lado, **soluções para proteger lideranças**. No primeiro aspecto, defensores mencionam como exemplo “troca de servidor, portas, varredura institucional, oficinas de segurança emocional com a equipe”. No segundo aspecto, mencionaram soluções estratégicas como intercalar quem se expõe publicamente. “A liderança é todo mundo que está no protesto. Dividir a liderança para protege-las”, resumiu uma defensora. Um terceiro aspecto diz respeito a **tentativas de criminalização das organizações**, seja por meio da esfera penal (ligação com narcotráfico ou com desmatadores, por exemplo), seja por meio da esfera administrativa (fiscalização contábil, certificados e etc).

Por fim, a **dimensão coletiva-redes de sobrevivência é particularmente importante para defensores(as) ameaçados ou em situação de alto risco**. Entre estes, estão os defensores(as) que atuam na área de segurança pública. Uma defensora relatou que nas audiências leva familiares de comunidades distintas da comunidade em questão no caso jurídico, por questões de proteção. Outro(a) entrevistado(a) relatou que o narcotráfico interfere diretamente nas atividades de advocacia popular, porque o próprio crime organizado mobiliza advogados para jovens em casos de lei de drogas, o que vulnerabiliza advogados de organizações de direitos humanos que poderiam representar estes jovens judicialmente e os familiares dos jovens presos. Outro defensor relatou que “descriminalização das drogas é um elemento importante para fortalecer as lideranças comunitárias nas periferias. Trata-se de uma questão de padrão moral: uma liderança de um sindicato ou associação no campo não vão ser atacadas por essa “pecha desmoralizante” de jovens defensores em periferias terem relações no tráfico ou milícia”.

Cuidado individual e coletivo como resiliência e proteção

O cuidado apareceu como um tema em ascensão entre os(as) entrevistados(as) e as definições desse termo variam de acordo com a pessoa e/ou organização ou movimento.

Alguns o utilizaram para referir-se a **aspectos emocionais, de saúde, psicológicos e relacionais da proteção, incluindo relações e disparidades de poder** enfrentadas pelos(as) defensores em suas organizações ou na relação com financiadores e outros atores. Pode também referir-se à incorporação de **práticas de proteção “não-convencionais” ou consideradas tabus, como práticas ou rituais espirituais, práticas comunitárias indígenas, terapias holísticas**, entre outros. O tema foi particularmente presente nas entrevistas feitas com mulheres, que ressaltaram que é importante **reconhecer o lugar de mulheres não como cuidadoras, mas como sujeitos do cuidado**:

“O cuidado é uma condição muito relevante para o trabalho entre ativistas. Fazemos uma crítica ao patriarcado e ao racismo que coloca as mulheres como cuidadoras. Mulheres muitas vezes são colocadas a serviço do cuidado. Importância de reconhecermos as mulheres como sujeitos deste cuidado, autoconhecimento gera autotransformação, reconhecer as nossas próprias necessidades, riscos, limites e potência – e não estar todo tempo sendo acionada por demandas externas”

“Estamos vendo um adoecimento gigantesco de defensoras e defensores. Cuidado não é firula.”

“Nas nossas oficinas sobre proteção, lidamos com defensores com hipertensão, medo e depressão.”

“Se a emoção e o sentimento é de pânico, medo e dor, a nossa luta também será de dor e medo.”

“Para nós, mulheres negras, é importante que haja mais investimento em redes de psicólogos e profissionais da área de saúde, para enfrentarmos questões relacionadas à proteção integral, incluindo o emocional e o impacto na saúde e nas vidas das defensoras”.

“Estamos tentando aumentar o grau de segurança institucional. Mas isso afeta o emocional.”

Ouvimos das entrevistadas que o **cuidado se constrói coletivamente, a partir dos indivíduos e da confiança, e pode fortalecer redes de solidariedade e questionar dinâmicas de poder:**

“Processos de autocuidado demandam confiança dentro do coletivo, para denunciar este tipo de violência e confiar/ter a certeza de que haverá uma solidariedade e proteção do coletivo. Uma diferença positiva é que temos utilizado menos profissionais de saúde, e investidos muito mais em criar nas próprias mulheres as condições de cuidado e entre elas uma rede de apoio com profissionais de saúde. Não queremos medicalizar demais as dificuldades que o ativismo coloca pra gente.”

“Mesmo com essas medidas coletivas relacionadas ao nível emocional, ainda existe demanda da equipe por atendimento mais individualizado. Mais gente começou a fazer terapia depois da eleição de 2018 e o plano de saúde da organização cobre.”

“Quando uma organização se compromete de verdade a integrar o cuidado como uma reflexão cotidiana, a organização revê suas práticas escritas (políticas institucionais) e não escritas (como cultura, relações de poder, etc)”

Parte 2: Desafios à proteção no atual contexto brasileiro

“O Estado brasileiro sempre foi violento, mas agora também é autoritário”

Qual a atual conjuntura de proteção de defensores(as) no Brasil? Há novas ameaças e riscos – e quais? Como estão os programas estatais de proteção? Pedimos aos(as) entrevistados(as) que compartilhassem conosco suas visões sobre o impacto na proteção do contexto político e social atual no Brasil. Para alguns(mas) entrevistados(as) perguntamos também quais acreditam ser as principais diferenças ou similaridades entre o Brasil e outros países latino-americanos.

Muitos(as) entrevistados(as) expressaram que, embora a conjuntura atual tenha trazido novos desafios à proteção de defensores(as), **o extremo conservadorismo/autoritarismo hoje no Brasil se constrói sobre violências e vigilâncias históricas:**

“No contato com organizações de outros países que estão vivendo governos autoritários, ouvimos que ‘Brasil está muito pior por que vocês têm um novo tipo de autoritarismo, eleito, a um Estado que é historicamente violento’. O Estado sempre foi violento, agora também é autoritário.”

Outro defensor disse que, pela **primeira vez, “as organizações ‘intermediárias’ da sociedade civil estão sendo atacadas, o que aumenta a demanda por proteção”**, e não somente movimentos, organizações e defensores de base, para quem riscos e ameaças não são uma realidade nova. **A violência histórica e atual, continuar a ter cor, gênero e endereço:**

“Líderes quilombolas e indígenas sendo assassinados todos os dias e não vemos movimentação do atual governo para direcionar algum tipo de proteção. Com as mulheres negras, o alerta vermelho veio com a morte de Marielle Franco. Houve também ataques de jornalistas na fronteira do Brasil.”, ressaltou uma defensora.

“A recente alta de feminicídios, maior violência transfóbica e racista, agravamento dos conflitos por terra evidenciam que autoritarismo é mais violento com alguns grupos do que com outros.”

2 outras tônicas do contextual atual: 1. Flexibilização da agenda ambiental aprofundou as tragédias e os crimes ambientais no país (Brumadinho, O dia do fogo na Amazônia, ex.). 2. Violência direta que o sujeito que vive no campo tem enfrentado (ameaça e assassinatos).

Para uns, **repressão se manifesta no sufocamento da vida cotidiana de suas comunidades**. Uma das defensoras nos desafiou a pensar se o modelo tradicional de direitos humanos no campo da proteção dá conta das violências históricas, hoje agravadas como políticas de estado:

“Um policial poderia me matar aqui’ (quando ela sai para caminhar de noite). Ficar ligado, mudar a cultura de espaços de reunião e divulgação NÃO é suficiente. **A perspectiva de proteção precisa se adaptar ao momento político que vivemos**. Bloco de carnaval questionador não foi permitido neste ano em Salvador e Recife, pela primeira vez. Há um aumento da atuação da polícia nas comunidades. Até festejo de campeonato de futebol, churrasco depois de futebol ou uma roda de capoeira, tudo isso está sendo proibido. **A cultura cotidiana das comunidades está endurecendo. Traz uma radicalidade de direitos, te coloca em risco. Mas também muitas atividades cotidianas das comunidades têm colocado em risco as comunidades**. A perspectiva de proteção em direitos humanos é

muito tradicional, ela deve se adaptar a diferentes sujeitos. Como as escolas da comunidade devem estar abertas – teatro, slam, música – sem que seja invadido e levem porrada?.”

Ouvimos de vários entrevistados(as) que há hoje uma **banalização, aceitação ou mesmo apoio da “população em geral” aos ataques diversos sofridos por defensores e organizações:**

“Hoje violência é totalmente aceita inclusive pela população e pelo Estado.”

“A sensação é que podemos ser agredidos a qualquer momento, por qualquer pessoa, por uma conversa que estamos tendo na rua. (...) Ou até por pessoas infiltradas em processos seletivos para compor a equipe de nossas organizações.”

“A incitação ao ódio aumentou. Eu não tinha medo. Hoje tenho.”

Há um ciclo vicioso entre ataque-resistência-visibilidade de defensores

Resistir aos retrocessos sociais, políticos e econômicos atuais tem sido cada vez mais necessário na visão dos(as) entrevistados(as), o que os expõe a **maior visibilidade e, conseqüentemente, mais riscos e violência(s), pelo Estado e por atores não-estatais, como o crime organizado, que se sentem hoje mais legitimados.**

“A conjuntura demanda maior exposição pública das lideranças negras, tanto da própria comunidade quanto de outros setores da sociedade impulsionando negros. Preciso me lembrar o tempo todo que estou em risco. Além disso, mudou muito a maneira como o crime organizado lida com a questão de direitos humanos. A atuação de lideranças as coloca em exposição”

“A nossa própria existência, a própria existência LGBT, é hoje uma ameaça. Essa ameaça as vezes não é tão visível, só quando chega verbalmente, quando é materializada.”

Quando defensores dependem do Estado para sua proteção, a ausência ou enfraquecimento dos mecanismos e políticas estatais os coloca em ameaça ainda mais intensa e respalda os ameaçadores, como no caso de políticas socioambientais e proteção de povos indígenas:

“A questão está mais dramática do que antes. Brasil é o país que mais mata lideranças locais e ativistas socioambientais – com o atual governo, acentuou-se e aprofundou-se a situação de emergência. Sendo o Estado o principal guardião de política dos defensores, ele está ausente em regiões de necessidade e os ameaçadores sentem-se respaldados.”

Esse **ciclo entre ataque do estado, resistência da sociedade civil e maior visibilidade** dos(as) defensores(as) tem aumentado às ameaças relacionadas a integridade física, digital e emocional.

Riscos e ameaças a defensores mais estruturais

a) “Ataques a defensores tornaram-se política de Estado”

O autoritarismo decorre da **percepção de que canais democráticos estão hoje fechados para defensores(as) de direitos humanos, mesmo para ONGs com recursos e em centros urbanos.**

“Estar em centros urbanos faz com que ache que essas coisas não acontecem com a gente (citando assassinato de Marielle). Como nunca pensamos sobre isso, eu mesmo nunca pensei nisso: nem sei por onde começar? Últimos 30 anos, nós atuávamos num processo de redemocratização. De consolidação de direitos. Quem estava fora dos centros urbanos, estava

e continua vulneráveis. Nós nos sentíamos num espaço seguro. Nos últimos 3 anos, isso acabou. Estamos num estado de exceção bem próximo do golpe de 64”, afirmou uma defensora entrevistada. Outro defensor afirmou que “redução de espaço democrático é uma agenda deste governo. Neste momento tramitam no Congresso Nacional vários Projetos de Leis - PLs para restringir a atuação da sociedade civil (espionagem, terrorismo, aumento de pena e etc).”

Foram **muitos os novos riscos e ameaças mencionados** pelos defensores nas entrevistas, entre eles:

- **nível de intolerância generalizado;**
- **ataque a defensores como política de estado;**
- **restrições mais fortes à atuação da sociedade civil, incluso para recebimento de recursos financeiros;**
- **liberdade de imprensa/grandes veículos ameaçados;**
- **autorização tácita e não tácita à violência (incluindo autorização do estado/reconhecimento de grupos criminosos/facções);**
- **fragilização dos programas de proteção e de órgãos de fiscalização estatais de maneira intencionada;**
- **ofensiva anti-direitos em especial no âmbito de direitos sociais e econômicos;**
- **crise do multilateralismo;**
- **efeitos da pandemia COVID-19 na exacerbação de violências (especialmente contra mulheres).**

Refletir sobre **este cenário inclui pensar em novas formas de resistência e proteção**. Uma das defensoras entrevistadas expôs neste sentido:

“Evidentemente piorou em todos os aspectos. Nem em resistência melhoramos. Não é o pior possível, porque pode piorar. Tenho certeza que vai piorar. Pela ação de vários atores. Bolsonaro não é um democrata, ele não quer lidar com divergências. Permanentes ações de ataque a instituições como congresso, judiciário, governadores e etc. Procuramos despersonalizar no Projeto, porque não é um movimento de um homem só. Alguns sentidos de piora: 1) institucional, autoritarismo e conjuntura econômica; 2) ONGs estão sendo vítimas de permanentes ataques; 3) retórica da violência e do ódio gera resultados/efeitos (racismo, misógina, libera os monstros). Qualquer tensão constante pode recrudescer.”

b) Estado tem feito uso crescente de estratégias de vigilância, inclusive digital

Uma das defensoras entrevistadas relatou que vigilância estatal sempre houve. “Sempre teve vigilância – impressa e até digital - nos moldes da ditadura, ‘bem manual’, como grampo telefônico, cooptação de pessoas para movimentos, criação de dossiês, etc”.

Apesar de ser histórica a vigilância estatal, ataques a defensores(as) derivam hoje de aparato estatal fortalecido. Defensores(as) entrevistados(as) ressaltam que **com os megaeventos sediados no Brasil nos últimos anos o Estado está melhor equipado tecnologicamente para vigiar defensores.**

“O cenário muda porque Estado está mais refinado do ponto de vista tecnológico. Depois da Copa do Mundo (de futebol) e outros grandes eventos, muitas empresas de segurança especializada vieram para o Brasil. Até alguns anos atrás tinham barreiras legais, hoje não. Por exemplo, a Polícia Federal - PF comprou software da polícia italiana e é hoje quase uma Abin – Agência Brasileira de Inteligência paralela.”

Entre estas ferramentas de vigilância, foram **citados hackeamento de equipamentos e aumento de ataques a sistemas de informação de ONGs. A combinação entre crescentes ataques e poucos defensores(as) trabalhando com segurança digital ou com capacidade interna à organização para lidar com ataques digitais** (como um setor de TI) sobrecarrega os poucos defensores atuando nesta área. Um dos entrevistados na área de segurança digital relatou: “estamos sobrecarregados, precisamos de mais grupos trabalhando com cuidado e proteção digital”.

Especialistas em segurança digital entrevistados para a pesquisa relataram alguns cuidados importantes nesta área, a saber:

- **Importância de especialista em segurança digital dentro da organização:** “Idealmente, a organização deveria ter alguém responsável pela segurança – uma pessoa técnica para responder por incidentes. Muitas organizações têm site e quem organiza isso é um prestador de serviços externo, não tendo ninguém na organização que saiba lidar com isso.”
- **Equilíbrio na prioridade dada à segurança digital:** “difícil superar dicotomia entre ‘é muito difícil, não vamos fazer nada, deixa pra lá’ vs. paranoia extrema de gastar todos os recursos, e todo o tempo pensando nisso, o que desmobiliza as pessoas, fazendo com que o trabalho que deveria efetivamente ser feito não o seja.”
- **Foco no pragmatismo:** importância de fazer um mapeamento das ameaças e da possibilidade de segurança digital a partir das necessidades reais da organização. “A depender do poder contra o qual está lutando, as necessidades são diferentes.”
- **Estabelecer canal para resposta a incidentes:** manter “um lugar para se comunicar e pedir ajuda caso haja algum incidente de segurança ocorra na organização. Organizações acabam sendo muito dependentes de vínculos pessoais e da disponibilidade desses contatos e não de processos claros”.
- **Fundações poderiam criar um help desk compartilhado:** “Seria interessante algum tipo de serviço para o qual as organizações pudessem pedir ajuda/orientação; saber novidades de ataques, como se proteger. Um contato fixo, que não dependesse das oficinas isoladas. É importante um serviço mais próximo e imediato, porque questões de segurança são muito sensíveis.”
- **Troca de experiências e conhecimento entre especialistas em segurança digital:** criar um ambiente para “troca de conhecimento mais aprofundado entre pessoas que já têm trabalhado com segurança digital (fortalecer a comunidade de segurança que atende as organizações – trocar referências, boas práticas...). Criando um espaço de debate mais qualificado, para estreitar laços, planejar infraestrutura.”

Programas estatais de proteção: novos desafios, dificuldades históricas

Parte do desafio de depender do Estado para prover proteção para defensores de direitos humanos, é verificar que, no contexto atual no Brasil, o **Estado é visto como parte do problema e não da solução, inclusive por sua ligação com grupos não-estatais** (p.ex. empresas e milícias):

“Nos lugares onde vamos o terror é o Estado. O estado além de não cumprir com seu papel, ajuda na promoção da violência - Estado e milícia, Estado e mineração, por exemplo.”

“Eu tenho muitas críticas ao Estado, por isso não trabalho com ele.”

“O Estado é o principal guardião da política de proteção a defensores, mas ele é ausente e os ameaçadores sentem-se respaldados.”

“Muitos ameaçadores fazem parte de assembleias, da polícia, são secretariados.”

“Acessamos o sistema jurídico mais para nos defender do Estado do que para exigir direitos e proteção.”

Apesar desta visão, **alguns poucos órgãos estatais, conselhos ou pessoas específicas dentro destes órgãos continuam sendo vistos como potenciais aliados.** Por exemplo, Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) tem atuado na proteção de defensores, como em Altamira, no Projeto Saúde e Alegria e outros. Outros setores minoritários da Defensoria Pública e Ministério Público. Segundo um defensor entrevistado, “em muitas regiões, a defensoria e o Ministério Público estão presentes, apesar da desestruturação gradual das políticas de proteção. Na região dos Yanomami existe uma atenção especial às lideranças ameaçadas pelo garimpo, assim como em Altamira (devido a Belo Monte), por exemplo. No Vale do Javari o que existe é insuficiente.”

Ouvimos que o **Programa Nacional tem sido enfraquecido desde o governo Dilma e hoje encontra-se sob ataque e em descrédito sem precedentes.** “Mesmo no governo do PT, esbarrava no problema de que os defensores incomodam muito – dar uma guarita do estado, causa ainda mais problema”, afirmou um defensor. Segundo outra defensora, o decreto sobre o PPDDH (Programa de Proteção de Defensores de DH), assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff⁸, “(i) reformulou o conceito de defensores de direitos humanos, individualizando-o, tirando a importância de coletividades e comunidades (inclusive quilombolas, indígenas, tradicionais, que devem ser protegidas como coletividades) e (ii) constitui um conselho deliberativo sem participação social, sem sociedade civil. Segundo um entrevistado, “o cenário atual do programa nacional é pouco promissor, o que restou são programas estaduais. Hoje defensores(as) não confiam no programa nacional. Há medo de que defensores inscritos venham a ser perseguidos, não há segurança na informação – quadro ideológico que piora tudo).”

Os **programas nacional e estaduais de proteção carecem de problemas históricos e estruturais**, agravados recentemente. Entre eles pode-se citar, a partir das entrevistas realizadas:

(i) não reconhecimento de particularidades locais: “deslocar um comunicador do local cumpre com a função de silenciá-lo” e “ameaça vem de políticos locais que tem poder institucional”;

(ii) falta de recursos: “quando defensores viajam, policiais não os acompanham porque não recebem diária para isso”;

(iii) preocupação com informações sigilosas: “hoje programa estatal tem acesso a informações de todos os ‘protegidos’ e pode utilizá-las de formas perigosas. Temos evitado ao máximo recomendar pessoas ao programa de proteção” e “no ano passado conseguimos que parassem de filmar os atendimentos a defensores (com medo de que caíssem em mão de quem não deve)”;

(iv) criminalização e exposição a riscos dos ‘defensores sob proteção’, por parte da equipe técnica e monitoramento à distância por telefone num contexto onde há muitos grampos telefônicos;

(v) fragilidade de parcerias e participação da sociedade civil: “Os programas de proteção deveriam ser executados em parceria com organizações que tenha alguma militância e experiência. Mas não é isso que está acontecendo.”

(vi) não reconhecimento das especificidades de povos indígenas: “Proteção pelos programas do Estado não chegou a ser para nós uma referência, no sentido de que temos que apegar a isso para nos proteger, nos sentimos mais seguros nos nossos territórios, juntos aos nossos.

⁸ Decreto assinado em 2016 e disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8724.htm

Especificidades dos povos indígenas sempre nos fizeram ter dificuldade de acessar os mecanismos do estado (p.ex.: retirada da liderança de seus territórios - Temos muita ligação com as famílias, territórios e os programas de proteção dos estados muitas vezes não levam isso em consideração, retiram as lideranças dos seus espaços para colocá-las em outros – aldeias, cidades, regiões, o que inviabiliza nossa participação nesses programas).”

Apesar das críticas, entrevistados(as) mencionaram que **os programas de proteção estatais são importantes e cumprem um papel, e atribuíram maior credibilidade aos programas estaduais atualmente**, se comparados ao programa nacional. Conforme relatado por uma defensora que está sob proteção desde 2004, por períodos sob o programa nacional e outros sob o programa estadual:

“Se eu não tivesse tido os policiais comigo, meus filhos estariam órfãos de pai e mãe. A proteção policial que tenho, desde 2004, foi e é fundamental. Tanto a defesa dos policiais quanto a minha quem defende é Deus. Eles correm risco andando comigo.”

“Uma vez dentro do programa, ele funciona? O programa está longe de efetivamente promover uma proteção efetiva, temos várias críticas, etc. Mas, de alguma forma, promove alguma forma de proteção.”

Um dos entrevistados recomendou que, apesar de a partir de 2019, ter ficado mais perigoso oferecer informações sensíveis ao governo federal, **“quem já está no programa é importante que continue**, porque senão o Estado tem que assumir a responsabilidade de retirar defensores(as) do programa. Sociedade civil e comunidades não teriam os meios para proteger aqueles que hoje estão sob o programa nacional”.

Sistemas regionais e internacionais de proteção

Poucos entrevistados fizeram referência direta a mecanismos regionais ou internacionais de proteção. Quando o fizeram, as **opiniões foram variadas**. Nas palavras de um defensor sob proteção, esses sistemas são muito importantes “a única razão pela qual tenho a proteção que tenho hoje é porque meu caso foi para a OEA, por isso teve repercussões regionais e internacionais”. Outros entrevistados questionaram a importância desses sistemas, perguntando: “Como existe um vácuo no diálogo entre o governo local e o sistema internacional, como a comunidade internacional pode influenciar?”.

Outro defensor disse que “as pessoas têm a impressão de que a comunidade internacional está sendo dura com os abusos ocorridos no Brasil, mas isso não é verdade (por exemplo, o Brasil foi reeleito para o Conselho de Direitos Humanos por mais votos do que antes, está a caminho de ingressando na OCDE e existe o acordo comercial UE-Brasil)”. Uma estratégia mencionada pelos entrevistados seria **“diversificar as ações internacionais**. Por exemplo, envolver a União Europeia, embaixadas e consulados para apoiar os defensores, inclusive oferecendo-lhes proteção nos consulados, se necessário”. Uma defensora indígena relatou que são importantes “redes de articulação para fortalecer as atuações, inclusive a ocupação de espaços internacionais de denúncia.”

Uma das defensoras do direito à terra enfatizou que **na luta contra violações pelo setor privado o papel do sistema internacional é ainda mais importante**. “Quando o Estado se atrela a iniciativas privadas – empresas, latifundiários, modelos como o do agronegócio – significa ampliar a natureza do conflito e o fechamento de espaços de denúncia e de cobrança por parte dos poderes para investigar e punir quem viola direitos humanos no Brasil. A ressonância internacional para cobrar medidas mais eficazes e para questionar a cultura do Estado BR na violação dos direitos humanos, hoje, é uma necessidade, um desafio muito grande.”

O Brasil na América Latina: breves considerações

Quando questionados, alguns(mas) entrevistado(as) relataram que **tratar do tema de proteção de defensores é mais antigo em alguns outros países da América Latina** do que no Brasil.

“Nós, no Brasil, iniciamos muito recentemente neste tema (cuidado individual e coletivo), enquanto em outros países da América Latina é mais antigo. São só nos últimos 4 anos que as práticas estão sendo estruturadas. Outra diferença: ainda falta muito para podermos responder as necessidades de proteção que existem no Brasil.”

Entre **trocias e aprendizados que poderiam acontecer entre países latino-americanos**, ressaltamos alguns apresentados pelos defensores(as) entrevistados(as):

- **Formação de redes, em especial de redes de mulheres**, inspiradas por diversas iniciativas latino-americanas nessa área.
- **Criação espaço(s) permanente(s) de cuidado holístico**, como a Casa La Serena, do México.
- **Troca de experiências com relação à resistência pacífica a conflitos armados**, a partir da experiência colombiana, por exemplo.

Parte 3: Lacunas e oportunidades

Ao longo desse relatório destacamos desafios, lacunas e necessidades encontrados na área de proteção de defensores. Nesse capítulo final, retomamos alguns desses aspectos e apresentamos sugestões de prioridades à Fundação Ford e outros financiadores que buscam fortalecer o apoio a proteção de defensores, de acordo com o que ouvimos dos(as) entrevistados(as).

Para maior apoio a proteção por parte dos financiadores

Algumas das prioridades foram descritas nos capítulos acima, mas retomamos aqui, com especial ênfase ao papel dos financiadores. As citações abaixo foram ouvidas dos(as) entrevistados(as) quando perguntados(as) especificamente sobre sugestões de prioridades para financiadores.

→ Maior apoio à proteção passa por **considerar e apoiar as diversas dimensões socioeconômicas, de identidades e questões de fundo que vulnerabilizam defensores(as)**

Como afirmamos anteriormente, no caso brasileiro, **a proteção física, digital e emocional tem forte relação com a situação socioeconômica e identidades dos defensores, que se refletem em diversos níveis de vulnerabilidades:**

“Se quiser apostar nas mulheres, será necessário gerar processos de solidariedade por meio da cooperação/financiamento internacional, ou seja, maior suporte econômico para as ações das mulheres sem depender tanto de resultados/atividades. O momento agora é acreditar na capacidade criativa e coragem que as mulheres têm para enfrentar.”

“Quando falamos de defensores de direitos humanos no Brasil, estamos falando de defensores altamente vulnerabilizados. Se perguntar para um defensor no Brasil o que ele precisa, ele fala pagamento do aluguel.”

Assim, para maior apoio à proteção de defensores, é necessário **considerar e apoiar, no processo de financiamento, as diversas dimensões socioeconômicas e de identidades que vulnerabilizam defensores(as).**

“Onde devemos desenhar o parâmetro do que é ou não proteção? São tantos níveis e tantas camadas, de tantas violências antes de possibilitar que uma pessoa da periferia exerça seu ativismo de forma segura. Isto implica garantir acesso à renda, a apoio psicológico, a grupos de mulheres e a mil outras coisas a que estas mulheres não têm acesso hoje por uma multiplicidade de violências.”

Maior apoio à proteção implica, ainda, **enfrentar e apoiar ações que visem transformar questões e conflitos de fundo que ameaçam defensores(as).**

“Brasil dos últimos anos tem retrocesso enorme nessas questões: parada da reforma agrária, fragilização de políticas de proteção (emenda 95), INCRA, políticas quilombolas, desmonte fundação Palmares. Como todo esse cenário, fica muito difícil articular as políticas que enfrentam esse conflito.”

→ Maior apoio à proteção passa por **comprendermos melhor a realidade, por meio de pesquisa, produção e análise de dados mais qualificada**

Justamente para coleta de dados, defensores(as) entrevistados(as) relataram a importância de conhecermos melhor a situação de proteção em que vivemos, por meio de coleta e sistematização de dados (além de **dar visibilidade a casos de ameaça a defensores, em especial fora dos centros urbanos**). Isso requer **trabalhar melhor e proteger dados coletados**.

“Seria muito importante avançarmos em capacidade e metodologias de coleta de dados sobre proteção de defensores de direitos humanos. Hoje temos dados computados por algumas organizações, como CPT – Comissão Pastoral da Terra e CIMI, que são dados importantes. Mas há lacunas - a própria CPT, por exemplo, não vê todos seus dados como dados sobre defensores de direitos humanos. Mais apoio de financiadores poderia ajudar nessa parte de produção de dados, para desenvolvimento de metodologia de coleta de informação mais qualificada. Para ter algo mais padronizado, que permita cruzamento dos dados, etc.”

“Um problema que encontramos é produzir informação sistematizada dos ataques que diferentes grupos sofrem. Poucas ONGs identificam quem eram defensores(as), entre os mortos. Precisamos de melhor coleta e capacidade de sistematização de dados para conhecer a realidade de proteção no Brasil”.

→ Maior apoio à proteção passa por **repensar e/ou ampliar conceitos, incluindo o conceito de defensores e o de proteção e a incorporação de novas ameaças e novos atores**

É **necessário repensar a utilização e/ou ampliar o conceito de defensores e o próprio conceito de proteção e os financiadores tem um papel importante nisso**, como mencionado anteriormente. Repensar tais conceitos passa por **incluir pessoas e lideranças não necessariamente vinculadas a organizações e incorporar identidades e aspectos socioeconômicos e de desigualdade**.

“As fundações têm que aprofundar e expandir o que significa proteção. Quem tá gerenciando um fundo emergencial tem uma visão restrita da noção de proteção. Ampliar a definição de proteção significa olhar para experiências singulares de proteção. Proteção para financiadores é ainda muito patriarcal e masculina. Mulheres, LGBTQs exigem uma visão diferente do que é defender direitos porque esses grupos estão sob ameaça somente por existirem.”

Incorporar **novas ameaças e novos atores, incluindo grupos ligados ao narcotráfico, ao se apoiar esforços de proteção** é também importante:

“Como enfrentar novos atores? incluindo narcotráfico que antes estava nas cidades e agora avançou a outros territórios como Amazônia e Ceará?”

“Como fundações vão lidar com violações cometidas por empresas? Pelos atores não-estatais?”

→ Maior apoio a proteção passa por **apoios de qualidade ao fortalecimento institucional, com a intenção de diversificar e empoderar os atores nessa área**

“Organizações enfraquecidas não conseguem apoiar e proteger defensores(as)”, ouvimos de uma entrevistada. Isso implica **fortalecer a capacidade institucional de resistência das organizações no tema de proteção**.

“Para protegerem seus defensores(as), organizações precisam de apoio para investir em segurança física, segurança digital e emocional e a combater criminalização administrativa (por meio de controle contábil das ONGs, por exemplo), além de fortalecer redes e construir espaços de acompanhamento”.

Para fortalecimento institucional, faz-se necessário **umentar os aportes de recursos e repensar formas e qualidade dos financiamentos**. Em especial, **significa investir em financiamento institucional (*core funding*) para suas organizações e movimentos**:

Insuficiência de recursos: “Uma das razões de estarmos desprotegidos é que o volume de recursos dos financiamentos não é suficiente. Como viabilizar ações de proteção se não temos uma equipe forte por que não podemos investir em recursos humanos?”.

Apoio institucional: “Apoio financeiro é importante, mas precisa ser um apoio global/flexível/institucional, inclusive apoios articulados com outros financiadores”

“Responder à falta de proteção a partir da fragilidade institucional pode ser perigoso. Fortalecer com *core funding*, com apoios e montantes significativos, é crucial”.

Diferenças entre financiados e financiadores: “Se as fundações agissem com os defensores como eles agem com a própria equipe, fundações: dariam mais autonomia de como os recursos são usados, desburocratizaria os recursos, alocaria mais recursos para isso, reduziria os processos que ajudam as fundações a entender a realidade (e.g. consultorias para entender a situação). Financiadores tem boas intenções, mas deixam a desejar. Dois pesos e duas medidas das fundações entre eles próprios e quem eles financiam: para a equipe da fundação eles não viajariam 10h de ônibus para uma reunião, mas para seus financiados as situações de viagem são mais precárias. Por exemplo, várias fundações dão cursos de proteção para suas equipes. Disparidades de poder na sociedade estão refletidas na dinâmica entre financiado e financiador. Por que uma liderança pode estar num evento de uma Fundação, mas não ter acesso aos mesmos níveis de controle?”

Maior apoio à proteção deve, também, vir acompanhado da **intenção de diversificar os atores nessa área e fomentar a construção de redes entre organizações com e sem conhecimento de segurança**.

“Outro dia nos deparamos com uma chamada de proposta de uma agência de cooperação, para apoiar iniciativas de proteção no Brasil, que fosse apresentado por uma organização apenas, e que poderia receber até USD 1 milhão. Todo o processo para se candidatar ao financiamento era em inglês, com um nível de tecnicidade que impediria grande parte das organizações brasileiras de se candidatarem.”

“Os financiadores devem sempre se perguntar sobre quem não está incluído. Qualquer estratégia de financiamento nova deve ser apresentada de forma transparente aos diversos segmentos da sociedade civil.”

“É importante tomar cuidado para não priorizar ou ‘focar’ demais e acabar excluindo muitas organizações.”

→ Maior apoio à proteção passa por **fomentar e apoiar organizações brasileiras especificamente voltadas à proteção, bem como redes locais, mais permanentes e menos reativas nessa área**

A maioria dos(as) defensores(as) entrevistados(as) revelaram **que faltam organizações e redes especificamente voltadas à proteção no Brasil**. Faltam **organizações que trabalhem o campo de proteção física e com uma perspectiva integral (física, digital e emocional), desde das perspectivas e das necessidades da sociedade civil brasileira**. “Faltam organizações que lidem com a segurança física: ou são organizações internacionais, que são importantes mas não suficientes, ou são organizações descoladas da nossa realidade, com equipe composta por ex-quadros do Mossad, por exemplo”, pontuou um(a) entrevistado(a).

Alguns relataram que “as organizações que trabalham proteção no Brasil que focam em proteção digital”. Outros ponderaram que, **mesmo no caso de segurança digital, há uma sobrecarga para as organizações que trabalham com o tema** e um desafio em dialogar e colocar em prática no o dia-a-dia das organizações. “Muito difícil achar uma oficina de segurança digital que faça diferença no trabalho semanal”, relatou um defensor entrevistado”. “Nós estamos sobrecarregados.” “Ou é uma empresa de segurança privada ou crime organizado ou é uma empresa de segurança digital.”, resumiu uma defensora.

Outra **lacuna recorrentemente citada nas entrevistas diz respeito a redes de apoio e redes entre organizações e defensores(as)**:

“Não é que não exista redes, existe o Comitê de Defensores por exemplo, mas as redes existentes não chegam a todos os lugares.”

“É importante também construir pontes entre organizações com e sem know-how sobre proteção que possam contribuir para desenvolvimento de ‘protocolos de segurança, rotas de fuga, plano de emergência/jurídico, treinamento de recepção’, por exemplo.”

“É necessário fomentar a criação de redes de mulheres defensoras nacionalmente para que possamos documentar as causas de violações na base neste olhar sobre gênero e defesa de direitos, de forma holística.”

Entrevistados(as) reforçaram também que estas **estruturas precisam ser mais permanentes, menos reativas e locais**.

“Um desafio é ser capaz de criar espaços de acolhimento que oportunizem a resiliência das mulheres. Por exemplo, uma casa, um espaço para atender as mulheres em situação de maior risco. Um lugar de se recompor e se refazer as forças e se proteger. Com estrutura física e com gente. Hoje já temos capacidade e metodologia para isso. Claro que não seja possível desenvolver uma ‘casa de proteção e cuidado’ em todos os lugares, mas é necessário criar espaços mais permanentes de acolhimento.”

→ Maior apoio à proteção passa por **recordar-se que há sempre “um indivíduo na ponta”, com necessidades as vezes não supridas por parcerias e apoios organizacionais**

Além de fortalecer as organizações em si, faz-se necessário **nunca perder de vista e apoiar a(s) pessoa(s) envolvidas, o(a) defensor(a) de direitos humanos**. Um dos pontos trazidos nas entrevistas foi a necessidade de combater a precariedade da proteção individual dos(as) defensores:

“Além das ONGs, que fazem um trabalho muito importante voltado para ajudar na luta do defensor de direitos humanos, é importante olhar diretamente para os defensores de direitos humanos. Por exemplo, eu não tenho condição de consertar a câmera de segurança da minha casa, que foi instalada pelo programa de proteção. Ter recursos das fundações para coisas

assim, direto e de forma descomplicada, seria muito bom. É importante ter um olhar voltado diretamente para o defensor. O defensor é quem está na linha de risco, ele que faz o trabalho. As ONGs ajudam, mas quem está na ponta é o indivíduo.”

→ Maior apoio à proteção passa por **estar aberto a repensar e apoiar novas estratégias**

Defensores(as) relataram dificuldade de **não cair na dicotomia entre, de um lado, pensar que “é tudo muito difícil, não vamos fazer nada, deixa pra lá” e, de outro, ter “paranoia extrema de gastar todos os recursos, o tempo todo, pensando em proteção com o risco de desmobilizar as pessoas”**. Outros relataram ter dificuldade em lembrar que estão em constante risco.

Alguns fatores dificultam pensar proteção de forma (mais) equilibrada. Primeiro, para alguns(mas) defensores(as), **questões de proteção apenas surgem em um contexto de emergência**. “As pessoas têm uma dificuldade de se mobilizar em torno deste tema antes de uma emergência.” Segundo, falta um debate entre as organizações sobre a violência “por pessoas aleatórias”, cidadãos comuns que podem atacar ou defensores ou pessoas de grupos historicamente marginalizados mesmo que não sejam defensores, como mulheres, LGBTQs, negros, indígenas e etc. “Teu corpo na rua já é ativismo”, afirmou uma entrevistada.

Defensores(as) **argumentaram contra oficinas e esforços de capacitação com base em receitas prontas sobre segurança**, recomendando, ao contrário, oficinas que busquem mudar o comportamento de organizações e movimentos. Segundo um defensor: “estamos pensando em metodologias de aprendizado de troca e capacitação no tema. Até ano passado, estávamos focando em oficinas. Essas oficinas muitas vezes não levam a integração do tema nas organizações. As pessoas aprendem durante a oficina, mas segurança não passa a fazer parte do dia-a-dia das organizações. Por quê? Como fazer o salto do entendimento para o comportamento? Precisa de mais recursos, de ponto focal em cada organização (quem é responsável em cada organização), de mais acompanhamento.”

Outros(as) defensores(as) recomendaram **focar em territórios específicos para fortalecer proteção**. “Necessidade de ação mais permanente em um mesmo território, com estratégias diversas (como resposta a necessidade de pensar o tema de proteção a partir dos diversos aspectos socioeconômicos). Ideia de escolher alguns territórios e focar neles, com diversidade de ações no mesmo território para tentar obter um nível de resultado e presença mais contínua.”

Ademais, diversos defensores(as) defenderam que é necessário **adequar estratégias ao contexto político atual no Brasil**, de pouca responsividade do Estado. “Não basta publicar notas de repúdio”, exemplificou um defensor.

→ Maior apoio por meio de **fundos emergenciais e não emergenciais**, e de **maior compartilhamento** de conhecimento entre financiadores e com as organizações

Outra demanda específica diz respeito a **manutenção e aprimoramento de fundos emergenciais, específicos para a questão de proteção**:

“Seria ótimo quando não mais precisar de fundos emergenciais, mas é importante aprimorá-los enquanto são necessários. Devemos proteger os territórios e pensar quais pautas são consideradas sob a categoria de emergencial e quais pautas são enfrentadas com profundidade com fundos não emergenciais.”

Por fim, entrevistados(as) mencionaram a necessidade de mais colaboração e compartilhamento de conhecimento entre financiadores e deles com as organizações e defensores.

Maior troca de conhecimento: “Nós da filantropia precisamos compartilhar mais nossos conhecimentos. Nos faltam processos de compartilhamento de experiências, pesquisas, visões. Demora muito para conseguirmos nos coordenar e por que ‘cada doador tem o seu nicho e conhecimento no campo’ e há muitos desafios para cooperarmos e compartilhar a liderança de iniciativas.”

Acesso a esta pesquisa: “Gostaria de ter um retorno, acesso às informações desse mapeamento que estão produzindo. Nos ajudaria a fortalecer o trabalho com proteção.”

“Gostaria de ter um retorno sobre os *findings* e próximos passos depois da pesquisa e pensar, junto com a Ford, em formas seguras de disseminar parte dessas informações.”

Temas e áreas específicas mencionadas pelos(as) entrevistados(as)

Além dos pontos acima, ouvimos dos defensores(as) entrevistados(as) que o apoio a áreas/iniciativas específicas seria bem-vindo, como resumido no quadro a seguir. Vale salientar que, como é normal em entrevistas do tipo que fizemos e com um universo relativamente pequeno de entrevistados(as), sugestões específicas tendem a ter relação com a própria área de atuação do(da) entrevistado(da), por ser sua área de maior familiaridade. Por exemplo, quem atua juridicamente tende a priori achar esse tipo de atuação importante e verbalizará que é importante fortalecer tão viés. O mesmo com quem atua com grupos específicos ou com áreas específicas do país.

Sugestão de prioridades para financiadores	Algumas citações ilustrativas
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar iniciativas jurídicas 	<p>“<i>Advocacy</i> não basta no cenário atual, necessidade de apoiar litígio, por meio de financiamento de redes de advogados, apoio a acesso à justiça inclusive por meio de advogados populares”.</p> <p>“A defesa de direitos não exclui coibir abusos do próprio sistema de justiça. Olhamos o campo do judiciário como uma arena de resistência a depender da estratégia que se usa. Não é simplesmente não é pegar um caso e arrumar um caso. Pegar um caso significa inserir numa estratégia e inserir o caso ali. Precisamos dessa estratégia.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar programas para jornalistas 	<p>“Financiamento para programas que não só foquem na violência física, mas ajudem jornalistas fora dos centros a publicar seu material /evitar censuras. Censura judicial: há casos pontuais, mas graves de políticos e empresas que usam poder econômico para censurar judicialmente jornalistas.”</p> <p>“Apoiar o povo da mídia/mulheres que denunciam, que coloca a cara à frente, blogueiras... quem trabalha no ativismo, pensando em mudanças coletivas.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> Apoiar redes de psicólogos e profissionais de saúde 	<p>“Para nós, mulheres negras, é importante que haja mais investimento em redes de psicólogos e profissionais da área de saúde, para enfrentarmos questões relacionadas à proteção integral, incluindo emocional e impacto na saúde e na vida das defensoras”</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas como help desks e suporte permanente à proteção 	<p>Help desk para segurança digital - “seria interessante algum tipo de serviço para o qual as organizações pudessem pedir ajuda/orientação; saber novidades de ataques, como se proteger. Um contato fixo, que não dependesse das oficinas isoladas.”</p> <p>Centro de resposta a incidentes - “um lugar para se comunicar e pedir ajuda caso haja algum incidente de segurança na organização.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar comunidades quilombolas, indígenas e Amazônia 	<p>Amazônia – “Apoio para o desenvolvimento de um plano integrado de proteção de defensores na Amazônia seria também importante (...). Além disso, o jornalismo e esforços de dar visibilidade ao que acontece na Amazônia deve estar conectado aos jornalistas comunitários.”</p> <p>Quilombolas – “Temos grande dificuldade de captação para a causa quilombola.” / “empoderamento e protagonismo é dado às entidades quilombolas de forma tímida, até que atinga um patamar institucional maior” / “é importante reestabelecer a confiança, quilombolas não se sentem seguras, têm medo até de ficar em casa” / “protocolo de consulta (livre, prévia e informada) ou que os povos criem seus próprios protocolos. Pescadores, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, pantaneiros.”</p> <p>Acesso à terra – “As necessidades são concretas: tem a ver com a existência dos sujeitos que se materializam na legitimação do seu território ou pelo direito de ter acesso / democratização da terra, ou pelo direito de ter possibilidade de viver em paz e em harmonia na sua comunidade. As iniciativas precisam fortalecer a radicalização da implementação dos direitos que tem sido negados pelo governo, combinados com os interesses privados do capital. “</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar institucionalmente organizações feministas 	<p>Pouco investimento em organizações de mulheres – “Nenhuma organização feminista no Brasil que tenha mais de 300mil USD por ano.”</p> <p>Mulheres indígenas – “apoiar as organizações de mulheres: quem tem conduzido os processos são as mulheres indígenas, por isso, fortalecer a rede de mulheres é importante.”</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar iniciativas de cuidado individual e cuidado entre ativistas 	<p>Pouco investimento em cuidado - “Um edital recente de um financiador de direitos humanos tinha essa dimensão de proteção baseada no cuidado, mas nenhuma proposta sobre cuidado foi aprovada.”</p>

	Espaços permanentes - “Criar espaços de acolhimento que oportunizem a resiliência das mulheres. Por exemplo, uma casa de proteção e cuidado, como a Casa La Serena: um espaço para atender as mulheres em situação de maior risco, de forma holística.”
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar trocas de experiências entre organizações da América Latina 	Necessidade de trocas de experiência na América Latina - formações de redes (em especial entre defensoras mulheres), criação de espaço(s) permanente(s) de cuidado holístico (como há no México), resistência pacífica a conflitos armados e ameaças de atores não-estatais (a partir da experiência na Colômbia)

Anexo 1: Biografias dos consultores

Lucia Nader

lucia.nader@gmail.com / +44 7796 636294

Lucia é cientista política e ativista de direitos humanos, com experiência no campo da democracia, ONGs e doadores há mais de 20 anos. Atualmente, Lucia mora na Inglaterra e é membro do conselho do Instituto Update (Brasil), do programa de bolsas da Open Society Foundations (Fellowship Program - EUA), do Fundo de Direitos Humanos Globais (Fund for Global Human Rights - EUA) e do Serviço Internacional de Direitos Humanos (International Service for Human Rights - Suíça). Ela também integra o conselho consultivo da SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos.

Lucia foi diretora executiva da Conectas Direitos Humanos, no Brasil (2011-2014) – tendo feito parte da organização desde 2003. Antes disso, Lucia trabalhou no Instituto Sou da Paz, com violência urbana e direitos humanos. É pós-graduada pela Sciences-Po (Paris, França) e bacharel em relações internacionais pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ela foi nomeada empreendedora social por Ashoka (2009) e é autora de vários artigos publicados. Lucia é fluente em português, francês, inglês e espanhol.

Nos últimos 5 anos, Lucia tem se concentrado em iniciativas de pesquisa e projetos de consultoria relacionados ao cuidado e proteção de e entre ativistas, além de processos pessoais e institucionais de desenvolvimento humano. Algumas iniciativas e consultorias recentes incluem: mapeamento de necessidades e estratégias para a proteção de defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil (para a Fundação Ford), pesquisa global sobre cuidados e proteção de mulheres defensoras de direitos humanos (para o Fundo de Ação Urgente para a América Latina y Caribe), consultoria em cuidado e proteção para defensores brasileiros (para a Protection International), consultoria em assédio sexual e de outros tipos e impacto no financiamento de ONGs (para a Fundação Open Society); e iniciativas relacionadas ao ativismo sustentável e proteção física, digital e emocional (para a Fundação Ford). Além disso, Lucia foi uma das co-editoras de artigos sobre “Resiliência como resistência: saúde mental e bem-estar em direitos humanos” do site Open Open Global Rights e participou de iniciativas do Projeto de resiliência de direitos humanos (NYU).

Em 2018 e 2017, Lucia foi pesquisadora visitante no Centro de Direitos Humanos e Justiça Global (Universidade de Nova York) e no Instituto de Estudos Latino-Americanos - ILAS (Universidade de Columbia), respectivamente. Em 2015 e 2016, ela teve o apoio do programa de bolsas da Fundação Open Society para estudar “como as organizações sólidas estão se adaptando a um mundo líquido”. Lucia também é formada pelo Integral Coaching Canada (ICC) e apoia jovens líderes sociais e ativistas por meio de processos de desenvolvimento pessoal e organizacional.

Thiago Amparo

thiago.amparo@fgv.br & thiagosamparo@gmail.com / +55 11-97070-1765

Thiago de Souza Amparo é professor da FGV Direito SP e da FGV RI, ministrando cursos sobre direitos humanos, direito internacional, políticas públicas, diversidade e discriminação. É advogado, com bacharelado pela PUC-SP, possui mestrado em direitos humanos (LLM) pela Central European University (Budapeste, Hungria) e doutorado pela mesma universidade. Foi pesquisador visitante na Universidade de Columbia (Nova Iorque - Estados Unidos). Especialista em direito constitucional, políticas públicas e empresariais de diversidade e antidiscriminação. É colunista semanal no Jornal Folha de S. Paulo e participa da Aliança Jurídica pela Equidade Racial. Foi secretário-adjunto de direitos humanos e cidadania na Prefeitura de São Paulo, entre janeiro e maio de 2017.